

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

GRAZIELLY COUTO SURMAS

**A PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES SOBRE AS ATIVIDADES
FÍSICO-ESPORTIVAS DESENVOLVIDAS NO CENTRO DA
JUVENTUDE DO BAIRRO VILA NOVA PORÃ, IVAIPORÃ, PR**

**IVAIPORÃ
2016**

GRAZIELLY COUTO SURMAS

**A PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES SOBRE AS ATIVIDADES
FÍSICO-ESPORTIVAS DESENVOLVIDAS NO CENTRO DA
JUVENTUDE DO BAIRRO VILA NOVA PORÃ, IVAIPORÃ, PR**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado à UEM - Universidade Estadual de
Maringá, Campus Regional do Vale do Ivaí- como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciada em Educação Física.

Orientadora: Prof. Ms. Andréia Paula Basei.

IVAIPORÃ
2016

GRAZIELLY COUTO SURMAS

**A PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES SOBRE AS ATIVIDADES
FÍSICO-ESPORTIVAS DESENVOLVIDAS NO CENTRO DA
JUVENTUDE DO BAIRRO VILA NOVA PORÃ, IVAIPORÃ, PR**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado à UEM - Universidade Estadual de
Maringá, Campus Regional do Vale do Ivaí - como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciada em Educação Física.

Aprovado em _____ / _____ / _____

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Ms. Andréia Paula Basei
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Dr. Eduard Angelo Bendrath
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Dr. Paula Marçal Natali
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Dedico este trabalho aos meus pais Sérgio (*inmemorian*) e Neide, com todo meu amor e gratidão, por tudo que fizeram por mim ao longo de minha vida. Por terem acreditado que eu seria capaz de alcançar esse tão esperado sonho. Desejo poder ter sido merecedora de todo esforço dedicado por vocês em todos os aspectos, especialmente quanto a minha formação.

Também o dedico a minha pequena filha, que trouxe junto ao seu nascimento, um novo sentido em minha vida, a imensa felicidade de ser mãe. Ágata Emanuella mamãe te ama muito!

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pois, foi Ele que iluminou o meu caminho durante esta longa caminhada, me dando forças e coragem para enfrentar as dificuldades e seguir em frente na busca deste tão esperado sonho.

À minha família, em especial, minha mãe Neide Couto Surmas por acreditar em minha capacidade e estar presente me incentivando a seguir em frente nos momentos em que pensei em desistir.

Ao meu amado pai Sérgio Surmas, que hoje não se faz mais presente em minha vida, mas que deixou um imenso legado de nunca desistir enquanto não alcançar aquilo que se deseja. O senhor é minha grande inspiração, certamente se hoje estou aqui, é graças ao seu empenho e dedicação.

A minha irmã Danyelli, que me auxiliou quando necessitei de ajuda e sempre me deu forças quando me deparava com as dificuldades do curso.

Ao meu esposo Willian Henrique, que com muito carinho me apoiou e auxiliou a finalizar mais esta etapa da minha vida, e a minha filha Ágata, que foi meu momento de descontração em meio às situações de tensão.

Agradeço em especial a minha professora e orientadora Andréia Paula Basei, que me incentivou e teve paciência nas orientações, tornando possível a conclusão desta monografia, e também, a todos os professores do curso, que foram tão importantes na minha vida acadêmica, me mostrando o quanto estudar é bom.

Ao Curso de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá - UEM, e às pessoas com quem convivi nesses espaços ao longo desses anos. A experiência de uma produção compartilhada na comunhão com amigos foi a melhor parte da minha formação acadêmica.

Aos meus queridos amigos Kléber Vanzelli e Pedro Menegaldo, que, logo ao início do trabalho foram meus maiores incentivadores. Amigos como vocês são raros. E aos demais amigos e colegas do curso, que sempre terão um espaço reservado em meu coração.

E a todos aqueles que de forma direta ou indiretamente auxiliaram na construção deste trabalho.

*“Educação não transforma o mundo.
Educação muda as pessoas. Pessoas
transformam o mundo”.*

- PAULO FREIRE, 1979.

SURMAS, Grazielly Couto. **A percepção dos adolescentes sobre as atividades físico-esportivas desenvolvidas no Centro da Juventude do Bairro Vila Nova Porã, Ivaiporã, PR.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá – UEM, 2016.

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo sobre a percepção dos adolescentes que frequentam o Centro da Juventude do Bairro Vila Nova Porã, na cidade de Ivaiporã, Paraná, sobre as atividades físico-esportivas que são desenvolvidas neste espaço, que trabalha com o tipo de ensino voltado para a educação não-formal, proporcionando além das atividades esportivas, o acesso a bens culturais, artísticos, tecnológicos e profissionalizantes que favoreçam sua formação e auxiliem na garantia de seus direitos previstos por Lei conforme mencionados no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Sendo assim, buscaremos identificar o perfil destes adolescentes, suas preferências nas atividades, satisfação ou ampliação das mesmas, o motivo pelo qual participam/frequentam o Centro da Juventude, os ensinamentos repassados pelos profissionais atuantes neste espaço, além de verificarmos a percepção dos adolescentes sobre os espaços físicos e materiais utilizados nas oficinas. O tipo de pesquisa caracteriza-se como qualitativa-descritiva. Na busca dos objetivos do estudo, utilizou-se uma entrevista semiestruturada, tendo como sujeitos da pesquisa os adolescentes com idades entre 15 á 17 anos, que frequentam o Centro da Juventude e residem no mesmo bairro. Para análise de dados, utilizou-se da técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977). Por meio dos resultados obtidos, concluímos que os participantes demonstraram relevância motivacional intrínseca relacionada á participação nas atividades desenvolvidas pelo CEJU, com apontamentos diversificados na preferência das atividades físico-esportivas e existindo a necessidade de aumento no número de materiais e espaços disponibilizados para as oficinas. Também, tornou-se evidente a presença do profissional de Educação Física atuando neste espaço, no qual, dentre os ensinamentos transmitidos existe certa limitação, ficando restritas ás regras e fundamentos básicos das modalidades físico-esportivas desenvolvidas.

Palavras-chave: Educação não-formal. Atividades físico-esportivas. Centro da Juventude. Percepção dos adolescentes.

SURMAS, Grazielly Couto. **The adolescents' perception of physical-sports activities developed at the Vila Nova Porã Youth Center, Ivaiporã, PR.** Course Completion Work (Graduation in Physical Education) - State University of Maringá - UEM, 2016.

ABSTRACT

This study presents a study about the perception of adolescents attending the Vila Nova Porã Youth Center, in the city of Ivaiporã, Paraná, about the physical-sports activities that are developed in this space, which works with the type of teaching focused on Non-formal education, providing, in addition to sports activities, access to cultural, artistic, technological and vocational goods that favor their formation and to assist in the guarantee of their rights provided for by Law as mentioned in the ECA (Statute of Children and Adolescents). Thus, we will seek to identify the profile of these adolescents, their preferences in the activities, their satisfaction or expansion, the reason why the Youth Center participates / attends, the lessons passed by the professionals working in this space, besides verifying adolescents' perceptions about The physical and material spaces used in the workshops. The type of research is characterized as qualitative-descriptive. In the search for the study objectives, a semi-structured interview was used, having as subjects of the research the adolescents between the ages of 15 and 17, who attend the Youth Center and live in the same neighborhood. For data analysis, we used the content analysis technique of Bardin (1977). Through the results obtained, we conclude that the participants demonstrated intrinsic motivational relevance related to the participation in the activities developed by the CEJU, with diversified notes on the preference of the physical-sports activities and there being a need for an increase in the number of materials and spaces made available to the workshops. Also, it became evident the presence of the Physical Education professional acting in this space, in which, among the transmitted teachings there is a certain limitation, being restricted to the basic rules and fundamentals of the physical-sports modalities developed.

Keywords: Non-formal education. Physical-sports activities. Youth Center. Perception of adolescents.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCJ – Centro Cultural da Juventude.

CEJU – Centro da Juventude.

CIEDS– Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

FIA – Fundo Estadual para a Infância e Adolescência.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

LDBEN –Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

MEC – Ministério da Educação.

PR – Paraná.

SECJ – Secretaria do Estado da Criança e da Juventude.

SEDS – Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social.

SESu – Secretaria de Educação Superior.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| QUADRO 1 – CARACTERIZAÇÃO DOS FREQUEUNTADORES PARTICIPANTES.. | 35 |
| QUADRO 2– FREQUÊNCIA DOS ADOLESCENTES NO CEJU..... | 42 |
| QUADRO 3– OFICINAS QUE OS ADOLESCENTES PARTCIPAM..... | 47 |
| QUADRO 4– PREFERÊNCIA NAS OFICINAS/AULAS PELOS ADOLESCENTES.. | 49 |
| QUADRO 5– SATISFAÇÃO COM ATIVIDADES FÍSICO-ESPORTIVAS DO CEJU..... | 62 |
| QUADRO 6 – APRENDIZADO REFERENTE ÀS ATIVIDADES | 65 |

LISTA DE APÊNDICES

| | | |
|------------|--|----|
| APÊNDICE A | ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA COM OS ADOLESCENTES FREQUENTADORES DO CENTRO DA JUVENTUDE DO BAIRRO VILA NOVA PORÃ, IVAIPORÃ, PR..... | 96 |
|------------|--|----|

LISTA DE ANEXOS

| | | |
|---------|---|----|
| ANEXO A | AUTORIZAÇÃO DO CENTRO DA JUVENTUDE DE IVAIPORÃ, PARANÁ..... | 77 |
| ANEXO B | CONVÊNIO PARA A CONSTRUÇÃO DO CENTRO DA JUVENTUDE DE IVAIPORÃ, PARANÁ..... | 79 |
| ANEXO C | ATA DE NÚMERO 186 SOBRE A LOCALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DA JUVENTUDE..... | 86 |
| ANEXO D | JORNAL SOBRE A INAUGURAÇÃO DO CENTRO DA JUVENTUDE..... | 87 |
| ANEXO E | PLANO DE AÇÃO DO CENTRO DA JUVENTUDE..... | 88 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 13 |
| 2 JUSTIFICATIVA | 16 |
| 3 OBJETIVOS | 17 |
| 3.1 OBJETIVO GERAL..... | 17 |
| 3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS..... | 17 |
| 4. REVISÃO DE LITERATURA | 18 |
| 4.1 EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS..... | 18 |
| 4.2 CENTROS DA JUVENTUDE E O ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES..... | 22 |
| 4.3 A IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES DA ÁREA DA EDUCAÇÃO FÍSICA E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL PARA FORMAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES..... | 28 |
| 5 METODOLOGIA | 33 |
| 5.1 TIPO DE ESTUDO..... | 33 |
| 5.2 PARTICIPANTES DO ESTUDO..... | 34 |
| 5.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS..... | 35 |
| 5.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS..... | 37 |
| 5.5 ANÁLISE DE DADOS..... | 37 |
| 6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS | 40 |
| 6.1 PARTICIPAÇÃO DOS ADOLESCENTES NAS ATIVIDADES DO CEJU..... | 41 |
| 6.1.1 Motivações para a participação nas atividades | 41 |
| 6.1.2 Participação nas oficinas e atividades físico-esportivas | 46 |
| 6.2 ESPAÇOS E MATERIAIS..... | 53 |
| 6.3 PROFISSIONAIS ATUANTES NO CEJU..... | 56 |
| 6.4 SATISFAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS ATIVIDADES OFERTADAS PELO CEJU..... | 61 |
| 6.5 CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS E NOVAS EXPERIÊNCIAS DE APRENDIZAGEM PROPORCIONADAS PELO CEJU..... | 64 |
| 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 68 |
| REFERÊNCIAS | 70 |

1 INTRODUÇÃO

A violência e a vulnerabilidade social vêm se tornando fenômenos cada vez mais frequentes no mundo contemporâneo, onde, às más condições socioeconômicas, muitas vezes, podem ser o motivo deste aumento da violência e da criminalidade. Também podemos considerar por esta consequência, a negação dos direitos humanos, ou seja, o não acesso á educação, trabalho, saúde, lazer e cultura, quando associada à desigualdade social, tornam-se desencadeadores de comportamentos violentos entre determinados grupos sociais (ABRAMOVAY; PINHEIRO, 2003).

Os adolescentes e jovens passam a ser a população mais afetada, pois, segundo Abramovay (2002 apud BENDRATH, 2012, p. 125), os jovens “entre 15 e 24 anos, são a faixa populacional mais exposta à violência, quer como vítimas ou como agentes”. Neste caso, os programas socioassistenciais podem oferecer e oportunizar aos jovens uma fuga da criminalidade, conforme a UNESCO (2008 apud BENDRATH, 2012, p.125), “o acesso à cultura, à arte, ao esporte, ao lazer e à educação permite que os jovens encontrem outras formas de expressão diferentes da linguagem da violência”.

Estes programas proporcionam experiências que priorizam a participação dos adolescentes e jovens nas atividades, demonstrando ser uma alternativa contra a criminalidade entre os jovens, onde buscam valorizar suas formas de expressão colaborando para que a sociedade os reconheça como contribuintes e construtores de soluções pacíficas para os conflitos existentes na sociedade (ABRAMOVAY; PINHEIRO, 2003).

Captar e disseminar a expressão dos jovens, concretizando suas potencialidades juvenis e permitindo que eles contribuam para a problematização de seu cotidiano é de fundamental importância para o sucesso desses programas (ABRAMOVAY; PINHEIRO, 2003, p. 03).

Dessa forma, estes programas que adotaram a educação não-formal como meio de ensino, buscam adequar às atividades de acordo com as necessidades e a demanda que cada comunidade apresenta referentes aos bairros onde foram instalados, buscando formar indivíduos capazes de conhecer e se adaptar a suas realidades de forma autônoma (BENDRATH, 2012).

A educação não-formal não possui caráter obrigatório, diferentemente da educação formal, porém, este tipo de ensino é um grande auxiliador na inserção e no desenvolvimento de indivíduos como um ser social, isto, quando ligados a educação, a cultura e ao esporte, sendo que, por meio do esporte e de suas práticas, que vêm se tornando um caminho para a promoção pessoal na formação cidadã e profissionalizante (CUNHA, 2007).

Esse tipo de educação serve como complementação na vida das pessoas de acordo com o Ministério da Educação e Cultura (2004, p.28):

A educação não-formal, enquanto modalidade de ensino/aprendizagem implementada durante a trajetória de vida das pessoas, pode ser compreendida em seis dimensões: a qualificação dos indivíduos para o trabalho; a adoção e exercício de práticas voltadas para a comunidade; a aprendizagem política de direitos através da participação em grupos sociais; a educação realizada na e pela mídia; a aprendizagem de conteúdos da escolarização formal em modalidades e esferas diversificadas; e, finalmente, a educação para a vida, no sentido de garantir a qualidade de vida.

Ainda se faz necessário destacar a importância das atividades físico-esportivas nestes espaços de educação, que buscam proporcionar a vivência de diferentes práticas corporais, possibilitando o acesso á conhecimentos práticos e conceituais, oportunizando o desenvolvimento de habilidades e potencialidades visando o aprimoramento de cada indivíduo (CUNHA, 2007).

Dessa forma, apresentamos como a principal finalidade deste trabalho a percepção dos adolescentes sobre as atividades físico-esportiva que são desenvolvidas no Centro da Juventude do Bairro Vila Nova Porã, Ivaiporã, PR. Buscaremos identificar o perfil desses adolescentes, suas preferências nas atividades referentes à área da educação física e se estas correspondem as suas expectativas. Também nos atentaremos aos profissionais atuantes e seus ensinamentos compartilhados, como também, os espaços físicos e materiais que são disponibilizados para realização das oficinas/aulas do Centro da Juventude.

Assim, os participantes foram questionados sobre tais questões, onde suas respostas foram analisadas e fundamentadas. Partindo deste contexto, a pergunta que instigou esta pesquisa partiu do seguinte pressuposto: Qual a percepção dos adolescentes sobre as atividades físico-esportivas desenvolvidas no Centro da Juventude do Bairro Vila Nova Porã, Ivaiporã, PR?

Contendo três capítulos, o primeiro capítulo apresentará o conceito de educação e suas diversas formas de ensino, tais como: a educação formal, a informal e a educação não-formal, sendo esta o foco principal de nossa pesquisa. No segundo capítulo abordaremos alguns aspectos sobre os Centros da Juventude, sua implantação, seus objetivos, diretrizes, funcionamento, atendimento ao público, ações e contribuições para realização dos demais projetos existentes. No terceiro e último capítulo, verificaremos a importância das ações da área da educação física e sua relação com a educação não-formal para formação dos adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social, como também, identificaremos o profissional que está qualificado para atuar neste tipo de educação.

2 JUSTIFICATIVA

Com as mudanças sociais decorrentes da violência, do desemprego e da educação deficiente, os programas sociais que trabalham com a educação não-formal, vêm sendo um grande aliado na tentativa de reduzir esses fatores em comunidades consideradas carentes, ofertando atividades que oportunizem aos adolescentes o desenvolvimento de suas competências humanas por meio da educação, do esporte, da cultura e do lazer. Estes programas também se apresentam como grandes contribuintes para inclusão social e para formação pessoal e profissional dos adolescentes, influenciando assim, na busca por uma vida melhor (CUNHA, 2007).

A importância deste trabalho se reflete sobre o contexto da educação não-formal e o atendimento ao público conforme a realidade que os cerca, buscando por meio destes programas, disponibilizarem aos seus frequentadores, a participação nas atividades físico-esportivas incluindo-os nas ações que favoreçam sua formação pessoal, profissional, cultural e política, de modo a enriquecer a comunidade local. A escolha deste tema também retrata a importância da área de Educação Física e de suas atividades físico-esportivas, pois, através das ofertas realizadas em projetos como o Centro da Juventude, o esporte passa a ser viabilizado e incentivado nas comunidades consideradas carentes.

Dessa forma, o presente estudo surgiu a partir do interesse em conhecer as percepções dos adolescentes sobre as atividades físico-esportivas que são desenvolvidas no Centro da Juventude. Por meio de alguns conhecimentos e vivências com o CEJU, pudemos perceber algumas atividades que oportunizam aos adolescentes a prática de novas experiências, porém, nos cabe pesquisar se essas atividades condizem com a procura realizada pelos adolescentes, de modo que, incentivem a continuação na participação dos mesmos nestas atividades que lhes são ofertadas. Dessa forma, buscando conhecer um pouco mais da realidade dos adolescentes frequentadores e das atividades físico-esportivas do Centro da Juventude do Bairro Vila Nova Porã, na cidade de Ivaiporã, PR, que desenvolveu o presente estudo.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar a percepção dos adolescentes sobre as atividades físico-esportivas desenvolvidas no Centro da Juventude (CEJU) do Bairro Vila Nova Porã, Ivaiporã, PR.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar o perfil dos adolescentes referente á motivação na participação das atividades físico-esportivas e suas preferências nas atividades referentes á área da Educação Física desenvolvidas no CEJU;
- Verificar se as atividades físico-esportivas desenvolvidas no CEJU estão atendendo as expectativas dos adolescentes e se existe a necessidade de ampliação ou de inclusão de novas atividades;
- Verificar a percepção dos participantes sobre espaços físicos, materiais e profissionais da área da Educação Física atuantes nestes espaços;
- Identificar os ensinamentos transmitidos referente ás atividades esportivas proporcionadas pelo CEJU.

4 REVISÃO DE LITERATURA

4.1 EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS.

A educação nos acompanha ao longo da vida, sendo a educação básica um auxiliador essencial que serve para manutenção da vida seguido da educação secundária e o ensino superior, nos quais, tornam mais abrangentes os níveis de educação, assim: “A educação ao longo da vida permite ordenar – e, ao mesmo tempo, valorizar – as diferentes fases de aprendizagem, articular as transições e diversificar os percursos individuais” (UNESCO, 2010, p. 15).

Conforme a UNESCO (2010, p. 15), os instrumentos de aprendizagem e conteúdos educativos são fatores determinantes para sobrevivência do ser humano:

Os instrumentos essenciais de aprendizagem (leitura, escrita, expressão oral, cálculo, resolução de problemas), quanto aos conteúdos educativos fundamentais (conhecimento, aptidões, valores, atitudes), indispensáveis ao ser humano para sobreviver, desenvolver suas capacidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, aprimorar sua qualidade de vida, tomar decisões ponderadas e continuar a aprender.

Segundo a LDBEN (2014), a Lei de número 9.394, de dezembro de 1996, em seu artigo 1º e 2º, estabelece a educação como um processo formativo decorrente do dever da família e do Estado:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, p. 09).

Para Calleja (2008, p. 109):

A educação é a ação que desenvolvemos sobre as pessoas que formam a sociedade, com o fim de capacitá-las de maneira integral, consciente, eficiente e eficaz, que lhes permita formar um valor dos conteúdos adquiridos, significando-os em vínculo direto com seu cotidiano, para atuar conseqüentemente a partir do processo educativo assimilado.

Segundo relatórios da UNESCO (2010), a educação ao longo da vida baseia-se em quatro pilares, sendo eles, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser:

- **Aprender a conhecer**, combinando uma cultura geral, suficientemente ampla, com a possibilidade de estudar, em profundidade, um número reduzido de assuntos, ou seja: aprender a aprender, para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo da vida.
- **Aprender a fazer**, a fim de adquirir não só uma qualificação profissional, mas, de uma maneira mais abrangente, a competência que torna a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe. Além disso, *aprender a fazer* no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho, oferecidas aos jovens e adolescentes, seja espontaneamente na sequência do contexto local ou nacional, seja formalmente, graças ao desenvolvimento do ensino alternado com o trabalho.
- **Aprender a conviver**, desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências – realizar projetos comuns e preparar-se para gerenciar conflitos – no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz.
- **Aprender a ser**, para desenvolver, o melhor possível, a personalidade e estar em condições de agir com uma capacidade cada vez maior de autonomia, discernimento e responsabilidade pessoal. Com essa finalidade, a educação deve levar em consideração todas as potencialidades de cada indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se (UNESCO, 2010, p. 31).

A educação básica combinada a abordagens exteriores à escola possibilita para a criança o acesso às três dimensões da educação, sendo elas a ética e cultural, científica e tecnológica, além de econômica e social. Assim, a educação também é uma experiência social, devendo acontecer antes da iniciação da escolaridade obrigatória, onde a criança descobre a si mesma em diferentes circunstâncias, podendo ser ela por meio de conhecimentos, relações familiares ou com outras pessoas e comunidade (UNESCO, 2010).

Atualmente há diversas alternativas de ensino que tem como função promover situações de aprendizagem para a formação da bagagem cognitiva do aluno e/ou indivíduo (BIANCONI; CARUSO, 2005).

Para compreendermos as diversas formas de ensino, Bianconi e Caruso (2005, p. 20), as classificam como:

Educação formal, educação não-formal e educação informal. A educação formal pode ser resumida como aquela que está presente no ensino escolar institucionalizado, cronologicamente gradual e hierarquicamente estruturado, e a informal como aquela na qual qualquer pessoa adquire e acumula conhecimentos, através de experiência diária em casa, no trabalho e no lazer. A educação não-formal, porém, define-se como qualquer

tentativa educacional organizada e sistemática que, normalmente, se realiza fora dos quadros do sistema formal de ensino.

Gohn (2006), por sua vez, defende a necessidade de distinguir e demarcar as diferenças existentes nestes conceitos, sendo a princípio o campo de desenvolvimento de cada uma delas:

[...] a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas (GOHN, 2006, p.28).

Como visto, cada tipo de educação possui seu foco específico. De acordo com a UNESCO (2010), a educação formal busca como foco principal privilegiar o acesso ao conhecimento, de outro lado, a educação não formal é focada em abranger a educação como um todo.

Deste modo, procurando desmitificar oposição entre a educação formal e não-formal, elas não se contrapõem, mas sim, se complementam. Esta formação conjuntamente ao emocional e cognitivo das pessoas, envolve aprendizagens técnicas, criativas, manuais e corporais, gerando um bom fruto por meio do trabalho realizado. Portanto, a educação não-formal é um processo auxiliativo à educação formal/escolar, por ser mais flexível ao parâmetro formal, têm sua maior formação relacionada ao público jovem na construção da cidadania (GOHN, 2009).

Apesar de distintas essas alternativas, abordaremos neste estudo apenas a educação não-formal, haja visto que este é o foco de investigação desta pesquisa. Neste sentido, procuraremos apresentar as características deste tipo de educação.

A educação não formal não é considerada pela mídia e pelo senso comum um processo de educação por não fazer parte da escolarização, já que, estas práticas são desenvolvidas fora da escola em organizações e projetos sociais que visam abranger direitos humanos, identidade, cidadania, luta contra desigualdade e exclusão social, sendo trabalhada por meio da arte, educação e cultura (GOHN, 2009).

Com caráter de socialização, a educação não-formal é uma transmissão intencional de informações culturais, que tem objetivo de levar ao ser humano e a sociedade a interpretação de seus significados conforme crenças, valores e atitudes

que a sociedade carrega de acordo com sua realidade, adaptando assim ao seu meio social (MONTEVECHI, 2005).

Conforme Gohn (2006, p. 29), neste processo de aprendizagem, na educação não-formal o principal educador é o “outro”, ou seja, aqueles com os quais nos integramos e interagimos, na qual os espaços educativos são aqueles que acompanham o percurso da vida das pessoas, sendo fora da escola, locais informais, em locais que contenham processos interativos intencionais, em que a intencionalidade é um dos elementos de diferenciação deste modelo de educação. A autora ressalta que “há na educação não-formal uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes”.

Em relação aos aspectos inerentes da educação não-formal, Gohn (2014, p.47) ressalta que:

A educação não formal são os saberes e aprendizados gerados ao longo da vida, principalmente em experiências via a participação social, cultural ou política em determinados processos de aprendizagens, tais como em projetos sociais, movimentos sociais, etc.

Sua finalidade é permitir o aprendizado do mundo dos indivíduos e suas relações sociais, ou seja, uma educação para a cidadania, em que seus objetivos não são estabelecidos a *priori*, mas construídos durante o processo de interação, ocasionando desta forma o processo educativo (GOHN, 2006).

Tal processo permite a auto-aprendizagem e aprendizagem coletiva, que são adquiridos a partir das experiências em projetos ou ações organizadas em determinados eixos temáticos, no qual comporta diversas dimensões, como salienta Gohn (2009, p. 31):

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica, etc.

Gohn (2006 p. 31) aponta algumas características que a educação não formal pode atingir em termos de metas, em processos planejados de ações coletivas grupais, sendo elas:

- O aprendizado da diferenças. Aprende-se a conviver com demais. Socializa-se o respeito mútuo;
- Adaptação do grupo a diferentes culturas, reconhecimento dos indivíduos e do papel do outro, trabalha o “estranhamento”;
- Construção da identidade coletiva de um grupo;
- Balizamento de regras éticas relativas às condutas aceitáveis socialmente.

Deste modo, os objetivos da educação não-formal são: educação para cidadania; educação para a justiça social; educação para direitos (humanos, sociais, políticos, culturais, etc.); educação para liberdade; educação para igualdade; educação para democracia; educação contra discriminação; educação pelo exercício da cultura, e para a manifestação das diferenças culturais (GOHN, 2006).

Pode-se dizer que a educação não-formal ainda possui lacunas, sendo elas, definições de funções, objetivos e metodologias e avaliações concretas, indicadores para estudo e análise de trabalhos da Educação não formal em campos não sistematizados, formação específica dos educadores, definindo seu papel e suas atividades a realizar, entre outros (GOHN, 2006).

Sendo assim, a educação não-formal utiliza seus contornos próprios, organizando-se conforme o contexto e a cultura de seus educandos, apropriando-se de métodos variados de comunicação, pois, por meio da ação educativa e da linguagem utilizada obtêm-se êxito nos seus objetivos (MONTEVECHI, 2005).

4.2 CENTROS DA JUVENTUDE E O ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Neste capítulo serão abordados alguns aspectos sobre os Centros da Juventude, como sua implantação, objetivos, diretrizes, público, funcionamento, ações e contribuições para realização dos demais projetos existentes.

Os Centros da Juventude são espaços construídos em parcerias entre governo e prefeituras. Cabe às prefeituras indicar os terrenos que possam abrigar os centros e entregar documentações necessárias para a solicitação dos convênios com o Governo do Estado. Após a verificação da documentação e do terreno pelo engenheiro técnico do município e estando em conformidade, o Governo libera os recursos e a prefeitura faz a licitação, ficando por conta do município a sua manutenção (PARANÁ, 2009).

Segundo a Deliberação nº 004/2009 do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, dispõe em seu artigo 3º critérios utilizados para a seleção das cidades que iriam receber os Centros da Juventude, fazendo parte de alguns destes critérios: o número de homicídios na população entre 15 e 19 anos; apreensões de adolescentes devido ao envolvimento com drogas; violações de direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); e a procedência de internação nos Centros de Socioeducação – municípios com demanda superior a quatro adolescentes (PARANÁ, 2009).

Com verba destinada para construção de 30 Centros, em um investimento de R\$ 60 milhões vindo do Fundo da Infância e da Adolescência (FIA), esses Centros já são realidade em 24 municípios no Paraná, sendo eles em Almirante Tamandaré, Apucarana, Cambé, Castro, Campo Mourão, Campo Largo, Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Ivaiporã, Jacarezinho, Lapa, Laranjeiras do Sul, Maringá, Palmas, Paranavaí, Pinhais, Piraquara, Pitanga, São José dos Pinhais, São Mateus do Sul, Telêmaco Borba, Toledo e Umuarama. A construção também está destinada às cidades de Ponta Grossa, Londrina, Guarapuava, Paranaguá, Prudentópolis, Irati e Guaratuba (PARANÁ, 2014).

Concebido pela Secretaria do Estado da Criança e da Juventude (SECJ), com recursos vindos do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA-PR), esses espaços chamados Centros da Juventude disponibilizam ações culturais, esportivas e tecnológicas para formação pessoal, profissional e política de adolescentes e jovens entre 12 a 18 anos que se encontram em situações de vulnerabilidade (IPARDES, 2011).

Considerado pela Assistência Social elementos de vulnerabilidade:

Questões relacionadas à precariedade de infraestrutura, presença de crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência em famílias com renda de até meio salário mínimo, responsáveis analfabetos ou com baixa escolaridade e mulheres chefes de família sem cônjuge, famílias com responsáveis desempregados, família em situação de trabalho infantil ou com presença de crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória fora da escola, dentre outros (BRASIL, 2005. p. 4).

As instituições, também chamadas de organizações, associações comunitárias ou programas assistenciais, fornecem a seus frequentadores atenção especializada, orientação e informação, apoiando e defendendo seus direitos e interesses comuns (SANICOLA, 2008).

Por este meio, os Centros da Juventude se objetivam em:

Constituir-se como um espaço de referência para a juventude, acessível, aberto e democrático que possibilite aos adolescentes - jovens produzir e acessar bens culturais e artísticos; participar de atividades esportivas, tecnológicas e profissionalizantes, desenvolver e participar de ações que favoreçam a formação pessoal, profissional e política (PARANÁ, 2009. p. 13)

Atendendo adolescentes de segundas às sextas-feiras, com horários das 7:30 às 11:30 no período da manhã e das 13:00 às 17:00 no período da tarde, o Centro da Juventude disponibiliza espaços para realização de atividades educativas como: biblioteca, sala de informática, sala multimídia, auditório, rádio comunitário, estúdio de gravação, sala multiuso (para prática de dança, capoeira, etc.), pista de skate, teatro de arena, quadra poliesportiva, campo e piscina (PARANÁ, 2009).

Estes programas e serviços sócio-assistenciais procuram identificar nestes adolescentes fatores considerados de risco, buscando uma forma de proteção e de restabelecimento dos seus direitos vinculados entre a família e escola, sendo necessário que os profissionais que atuam nessas instituições estejam preparados a receber esse público alvo sem qualquer tipo de preconceito e discriminação, qualificando desta maneira o funcionamento institucional efetivando o trabalho a ser desenvolvido (PEREIRA, 2010).

Para que esse público alvo seja alcançado, faz-se necessário uma busca ativa por parte da equipe que compõe o Centro da Juventude, proporcionando o fácil acesso, sem estabelecer condicionalidades, porém, respeitando regras de convivência e de uso das instalações, garantindo desta forma a permanência e a participação efetiva destas crianças e adolescentes dando significado as suas práticas e vivências (PARANÁ, 2009).

Segundo a pesquisa realizada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social: “O Programa Centro da Juventude baseia-se em três pilares principais, sendo eles, a cidadania, convivência e a formação” (IPARDES, 2011, p. 04).

Assim, os três pilares do Centro da Juventude são definidos como:

Da cidadania: pela organização de atividades que promovam a elevação da consciência política, a participação ativa, a organização, mobilização e formação de lideranças juvenis;

Da convivência: por se caracterizar como espaço de convivência, encontro e de pertencimento, numa dinâmica que combine liberdade e respeito;

Da formação – pelo elenco de atividades ofertadas que objetivam aprendizagem no âmbito das relações pessoais, do mundo do trabalho e da produção cultural (PARANÁ, 2009,p. 14).

A juventude é percebida como um tempo propício para a construção de identidades, na qual, o jovem busca por meio destas mudanças sua emancipação e autonomia. Diante desse contexto, “o Centro da Juventude se caracteriza não apenas como um local de oferta de serviços, mas um espaço de permissão para a juventude viver, conviver e aprender” (PARANÁ, 2009, p. 14).

Os espaços públicos frequentados por crianças e adolescentes e as instâncias de formulação de políticas públicas constituem importantes instrumentos para o exercício dos direitos de cidadania, sob a perspectiva tanto de incentivar a criatividade no campo das ciências, das artes, da cultura e dos esportes, quanto na formação de lideranças infanto-juvenis (BRASIL, 2004, p. 71).

As ações da instituição têm como princípio o “pacto pela Infância e Juventude”, tendo entre seus eixos diversos:

ambiente familiar fortalecido e protetor; enfrentamento das violências praticadas contra crianças e adolescentes; redução da violência juvenil; combate ao uso de drogas lícitas e ilícitas; convívio social saudável, estimulante, interessante, criativo e produtivo; erradicação do trabalho infantil e ampliação de oportunidades de qualificação e colocação profissional (PARANÁ, 2009, p. 05).

Existem ainda algumas diretrizes que são necessárias para que os Centros da Juventude possuam aceitação, acolhimento e respeito pela comunidade e pelo público à frequentar (PARANÁ, 2009). Fazendo parte destas diretrizes:

- alinhamento às políticas públicas municipais voltadas aos adolescentes e jovens, em especial aqueles expostos a situações de violência e violações de direitos; respeito às realidades locais;
- articulação com equipamentos, recursos e serviços públicos e comunitários da localidade; adoção de um modelo de gestão democrático;
- planejamento, execução e avaliação das atividades buscando a participação ativa dos jovens;
- estabelecimento de parcerias e cooperações com instituições e lideranças representativas locais; e
- demais estratégias que coloquem os centros à disposição dos jovens e ao mesmo tempo em que promovam a integração com a comunidade (PARANÁ, 2004, p. 13 – 14).

A forma de gestão adotada pelo Centro da Juventude está na relação entre a pedagogia e a gestão democrática, abrangendo perspectivas pedagógico-administrativas para uma intervenção adequada na necessidade real do seu contexto que atua. Na gestão democrática se encontra a concepção de educação, enriquecendo, construindo e desenvolvendo o processo pedagógico, sendo por meio da construção vinculadas a valores e princípios democráticos, que estão norteados os processos administrativos do Centro da juventude, no qual, implicam na

participação, descentralização e autonomia na construção do projeto político pedagógico. Esta gestão democrática traz consigo conteúdos da participação, trazendo possibilidades para reflexões e debates coletivos sobre o projeto pedagógico desenvolvido pelo Centro da Juventude, sendo desta forma que se destaca a função educativa, marcada pela autonomia, a busca pela educação emancipadora e a participação geral nas questões político-pedagógicas, por meio da liberdade de expressão, com ideias, emoções, criatividade e respeito mútuo, desenvolvendo e aumentando vínculos grupais (PARANÁ, 2009).

Contudo, para a utilização deste espaço é necessário uma busca pelos jovens, oportunizando participação nas decisões que norteiam o Centro da Juventude, deixando de ser “democrático só por sua prática administrativa torna-se democrático pela ação pedagógica essencialmente educativa que desenvolve, de modo coerente com os princípios democráticos” (PARANÁ, 2009, p. 17). Portanto:

O modelo de gestão colegiada, na forma de conselho gestor, formado por representantes de jovens, pais, comunidade e educadores, certamente em muito facilitará o uso da palavra e o direito à escolha e decisão por parte do coletivo do Centro (PARANÁ, 2009, p. 17).

Desta forma, a programação de atividades que constituem as ações pedagógicas a serem desenvolvidas pelos Centros da Juventude está nas áreas de Artes e Cultura (desenvolvendo atividades com dança, música e teatro); Esporte e Lazer (trabalhando com atividades voltadas a natação, futsal e internet); Cursos/Oficinas Profissionalizantes (que abrangem áreas voltadas para informática, idiomas e atividades administrativas), no qual, o desenvolvimento destas atividades procura incluir e inserir em meio social e de trabalho, jovens e adolescentes com deficiências, ou que estão fora da faixa etária condizentes aos Centros, que estão nas ruas e muitas vezes nas drogas (IPARDES, 2011).

A desigualdade e exclusão social, falta de vínculos afetivos familiares e sociais e de recursos relacionados à educação, saúde, alimentação e trabalho, são algumas consequências evidentes em crianças e adolescentes que se encontram em situações vulneráveis. Além de passarem por tais situações, se tornam alvos fáceis na integração ao tráfico, ao consumo de drogas e uso de armas (ABRAMOVAY et al, 2002).

Toda criança e adolescente que se encontra em situação de vulnerabilidade possui seus direitos previstos por leis onde é dever do Estado assegurar que estas

sejam cumpridas. Como citado pelo artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, anotado e interpretado por Digiácomo e Digiácomo (2013), estabelecendo que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (ECA, 2013, p. 05 - 06).

É papel da sociedade efetivar o convívio e prestar solidariedade quando alguma criança ou adolescente se mantém afastada afetivamente de sua família, evitando desta forma, que se afaste também do convívio escolar ou da comunidade, permanecendo em atividades coletivas com seu respectivo grupo social (PEREIRA, 2010).

O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe, em seu artigo 5º, que:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (ECA, 2013, p. 09).

Sendo dever constitucional da família, da sociedade e do Estado colocá-los a salvo de tais condições. No seu artigo 18º, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (ECA, 2013, p. 21).

Portanto, o Centro da Juventude se constitui como um projeto social que torna o político mais pedagógico, sendo um espaço que possibilita a humanização da vida, ainda mais se tratando em atender um público que mais necessita de auxílio por meio das condições que vivenciam (PARANÁ, 2009).

A escola além de ser muitas vezes mediadora entre crianças e adolescentes e a sociedade, (por terem grande contato ao frequentarem estes locais), se torna aliado também à família, possuindo forte influência no desenvolvimento e na construção de valores humanos, autônomos e de identidade para que, crianças e adolescentes possam passar a ter um modelo a mais de referência além dos familiares. Porém, quando dentro das paredes familiares ou até mesmo escolares existe o contexto de falta de afetividade, violência e abuso sexual, essas crianças e adolescentes buscam na rua o que não encontram em casa ou na escola,

possibilitando o envolvimento com o mundo do crime, das drogas, do alcoolismo e da prostituição (PEREIRA, 2010).

Quando a criança e o adolescente possuem um laço confiável e afetivo dentro de seu contexto familiar, provavelmente desenvolverá o mesmo socialmente. Se este laço se deteriora por motivos de envolvimento com drogas ou questões ilegais, conjuntamente suas relações a sociedade se deterioram juntos (PENSO,2003).

Sudbrack (1996) compreende as redes sociais como:

“[...] espaços transicionais que permitem a convergência das emoções e a mutualidade de interesses que, quando articulados, constituem espaços informais de suporte e apoio, sendo, portanto, o instrumento que pode fazer face à exclusão sofrida pelas populações de risco e que vivem em contextos de desproteção social (SUDBRACK, 1996. p. 09).

Neste sentido, a educação não-formal pode ser uma alternativa para contribuir com o processo de diminuição da exclusão social e desempenhar ações que podem integrar e socializar os jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

4.3 A IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES DA ÁREA DA EDUCAÇÃO FÍSICA E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL PARA FORMAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Atuando em escolas, clubes, academias, clínicas de saúde, entre outros setores de educação e saúde, o profissional de Educação Física também se encontra ao que se refere ao terceiro setor, ou seja, em ONG's, em projetos sociais e espaços cedidos para realização da educação não-formal. Este tipo de educação vem ganhando forças, buscando oferecer um suporte a comunidades que se encontram em situação de vulnerabilidade social, relacionadas á educação, qualidade de vida e questões sociais. Dessa maneira, educação passa a ser o fator principal para reduzir a desigualdade social, utilizando através do lúdico, do esporte de inclusão e de atividades físicas para modificar contextos sociais que se encontram fragilizados (BENDRATH, 2010).

Os problemas decorrentes da globalização da economia e dos movimentos sociais foram aumentando e fortalecendo as criações de ONGs, as quais,

atualmente, já são uma realidade no Brasil e no mundo. Nessa manifestação, a educação do aprendiz vai abrindo horizontes e acaba servindo de escada para o cidadão galgar degraus no trabalho e ter uma visão de mundo ampliada pelos conhecimentos adquiridos na Educação não-formal (LIMA; DIAS, 2008, p.161).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), caracteriza a educação não-formal como flexível por não aderir a objetivos educacionais pautados em normas e diretrizes e por não possuir sequência gradual assim como o sistema formal de ensino possui. Porém, não podemos deixar de lembrar, que a educação não-formal utiliza como centro de referência a escola, possuindo uma ligação complementar a ela, já que projetos são desenvolvidos em seu âmbito, no qual muitas vezes, utilizam temáticas relacionadas em interesses e necessidades locais (BENDRATH, 2010).

Como já visto, a educação não-formal procura a ampliação e acesso democratizado da escola, neste sentido, algumas iniciativas estão sendo realizadas, onde, escolas se abrem para realização de projetos semelhantes ao dos modelos não-formais, oferecendo oficinas de esporte e cultura direcionadas para as necessidades locais, demonstrando o fortalecimento do vínculo entre escola e comunidade além de redução no índice de violência no entorno escolar (BENDRATH, 2010).

Conforme Bendrath (2010), alguns programas do governo federal como Criança Esperança, Segundo Tempo, Escola Aberta, Escola da Paz, entre outros, buscam através do esporte, como elemento auxiliativo no processo educacional e de desenvolvimento de crianças e adolescentes, a redução de marginalidade, violência e criminalidade juvenil, priorizando a cidadania e a qualidade de vida por meio do esporte de inclusão.

Possuindo características interdisciplinares por manter ligações na área da saúde, educação, cultura e ciência, o esporte é considerado um dos fenômenos sócio-culturais mais importantes entre o século XX e XXI, cuja prática é considerada direito de todos, como citado abaixo:

Fenômeno sócio-cultural, cuja prática é considerada direito de todos, e que tem no jogo o seu vínculo cultural e na competição o seu elemento essencial, o que deve contribuir para a formação e aproximação dos seres humanos ao reforçar o desenvolvimento de valores como a moral, a ética, a solidariedade, a fraternidade e a cooperação, o que pode torná-lo um dos meios mais eficazes para a comunidade humana (TUBINO; GARRIDO; TUBINO, 2006, p. 37).

A Educação Física, no âmbito de seus conteúdos (jogos, esportes, danças, lutas e ginástica) e também algumas formas de lazer estão sendo incorporadas em diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, tendo por finalidade resgatar a cidadania de grupos sociais marginalizados (CARVALHO, 2000).

Assim, podemos notar que o esporte é uma das manifestações da cultura física, que se fundamenta na Educação Física, fazendo parte do processo educacional dentro e fora da escola, utilizando de práticas como a recreação, a dança, a ginástica, os jogos e os esportes para alcançar os objetivos educacionais (TUBINO, 2010).

Segundo Gohn (2006 apud BENDRATH, 2010, p. 294):

O esporte, assim como as atividades de lazer proporcionadas em projetos sócio-educativos, se enquadra como educação não-formal à medida que estabelecem um plano de ação e um objetivo pertinente, são aprendizagens que estão gerando saberes.

Para Tubino (2006, p. 22):

O esporte ampliou seu conceito quando em 1978, a UNESCO publicou a Carta Internacional de Educação Física e Esporte, estabelecido em seu primeiro artigo a atividade física ou prática esportiva como um direito de todos, assim como a educação e a saúde.

Após a publicação deste documento, começa uma nova aceitação, com um novo conceito de esporte no mundo, passando a atender todas as pessoas, independente de suas condições ou situação (TUBINO, 2006).

No Brasil, a Lei nº 6.251/1975 praticamente só abordava o esporte de alto nível e institucionalizado. Rompendo o conceito anterior, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 217, estabelece que: “É dever do Estado fomentar práticas esportivas formais e não formais, como direito de cada um” (TUBINO, 2010, p. 50).

“O esporte pode ser entendido pela abrangência de suas três manifestações, sendo eles: o esporte-educação, o esporte-lazer e o esporte de desempenho” (TUBINO, 2006, p. 23).

Com caráter formativo, o esporte-educação busca a preparação para o exercício da cidadania na formação de jovens. Esta manifestação ainda se ramifica em esporte educacional e esporte escolar. O esporte educacional baseia-se em conteúdos sócio educativos por meio da participação, cooperação, responsabilidade e inclusão, já o esporte escolar, além de ressaltar a formação para cidadania, busca

o desenvolvimento esportivo, compreendendo as competições, permitindo a aproximação do esporte de desempenho (TUBINO, 2006).

Voltando para as três manifestações, o esporte-lazer por sua vez, se desenvolve por meio da utilização do tempo livre e de liberdade, não possuindo regras institucionalizadas, esta manifestação apóia o prazer e o bem-estar dos praticantes, além de permitir o acesso a todos, proporcionar a prática esportiva democrática, a integração social e o fortalecimento de relações pessoais. Finalmente, o esporte de desenvolvimento ou de rendimento, segue regras institucionalizadas rigidamente, no qual fazem parte de federações nacionais e internacionais que organizam competições do mundo todo (TUBINO, 2006).

Desta forma, conforme a demanda com o aumento populacional, esses projetos e outras organizações que trabalham nestes projetos baseados na educação não-formal procuram reduzir custos, gerenciando recursos financeiros mais viáveis para manter seus projetos ativos. Neste caso, estes projetos e até mesmo o Estado se privam do trabalho qualificado, estimulando o serviço voluntário, aumentando desta forma, o número do docente não qualificado na área da educação e educação física para alcançar as comunidades carentes por meio de ampliações de suas ações em diversos tipos de atividades. Logicamente, o voluntário não deixa de ser tão importante quanto o docente formalizado, seguindo suas diretrizes de formação acadêmica. Porém, o voluntário pode se isentar de regras e normas e atuar em áreas não diretamente relacionadas à sua, quando sua ação, fora de sua formação, busca auxiliar o processo educativo, garantindo uma efetiva qualidade educacional por meio de sua convivência social (BENDRATH, 2010).

De acordo com a Lei do Voluntariado, em seu artigo 1º da Lei 9.608/98:

Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade (BRASIL, 1998).

Importante destacar neste contexto o papel do professor, sendo ele, um articulador essencial entre as propostas curriculares do ensino formal e as necessidades da comunidade escolar com vista na educação não-formal (BENDRATH, 2010).

Para Bendrath (2010), algumas iniciativas da UNESCO observam que, por meio destes modelos de educação, surge a oportunidade de estabelecer relações fixas entre comunidade e escola, já que, ambas buscam qualificar o ensino. Desta forma, pensando em trabalho qualificado, qual formação profissional atenderia o modelo de educação não-formal dentro das exigências que as comunidades carentes necessitam, já que, estas se baseiam em melhorias na qualidade de vida?

De acordo com o item 16 da nota técnica nº003/2010 da Secretaria de Educação Superior, unidade do Ministério da Educação (SESu/MEC), fica definido que “Com essa nova regulamentação o Licenciado em Educação Física está habilitado a atuar na docência em nível de Educação Básica e o Bacharel a atuar no ambiente não escolar”.

Desta maneira, o profissional de educação física recebe maiores possibilidades de trabalhar em programas sociais que possui como referência a escola, logicamente utilizando a partir de sua visão social como meio de trabalho, além de sua formação acadêmica. Assim, o profissional essencial para esta área seria o licenciado, porém, não atenderia a demanda que projetos de educação não-formal desenvolvem por se submeterem a conteúdos pré-determinados, desta forma, o resultado que se obtém é uma mescla de todas as áreas, com diversos profissionais atuando neste mesmo setor (BENDRATH, 2010).

Finalizando, o educador físico não deve deixar de zelar por seu trabalho, adequando suas ações e práticas a serem executadas conforme a realidade que se encontra. Assim, cabe ao professor assegurar que as condições sociais, raciais e familiares diferentes, não sejam uma interferência na formação dos adolescentes, relevando condições de igualdade, buscando desta forma a efetivação da participação coletiva de crianças e adolescentes (BENDRATH, 2010).

5 METODOLOGIA

5.1 TIPO DO ESTUDO

Esse estudo é caracterizado como uma pesquisa de caráter qualitativa-descritiva. A pesquisa qualitativa é entendida como o aprofundamento em busca da compreensão ou investigação de alguma atividade sendo denominada específica, por ser de um determinado grupo social ou de uma organização, busca explicar o porquê destes determinados fenômenos, relevando o que convém ser feito após essas descobertas (TRIVIÑOS, 1987).

Neste tipo de pesquisa, os dados não podem ser quantificados, pois, segundo Triviños (1987), a pesquisa qualitativa possui características específicas por buscar:

[...] uma espécie de representatividade do grupo maior dos sujeitos que participarão no estudo. Porém, não é, em geral, a preocupação dela a quantificação da amostragem. E, ao invés da aleatoriedade, decide intencionalmente, considerando uma série de condições (sujeitos que sejam essenciais, segundo o ponto de vista do investigador, para o esclarecimento do assunto em foco; facilidade para se encontrar com as pessoas; tempo do indivíduo para as entrevistas, etc.) (TRIVIÑOS, 1987, p.132).

Porém, neste tipo de pesquisa, o pesquisador deve estar atento á alguns limites e riscos que podem ocorrer em pesquisa, como exemplo: a falta de detalhes nas respostas dos participantes que norteiam o objetivo da pesquisa, excesso de confiança do pesquisador na dominação do seu estudo, influencias sobre as respostas dos participantes e a falta de observância de aspectos diferentes sob enfoques diferentes (TRIVIÑOS, 1987).

De forma geral, a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, buscando descrever, compreender e explicar as relações entre o global e o local do fenômeno ocorrido, trazendo o significado que pessoas dão às coisas e a suas vidas, assim, obtendo resultados mais fidedignos possíveis (TRIVIÑOS, 1987).

Também se considera por pesquisa descritiva quando a intenção do pesquisador é conhecer uma determinada comunidade, suas características, valores e problemas relacionados á cultura, assim, “o estudo descritivo pretende descrever

“com exatidão” os fatos e fenômenos de determinada realidade” (TRIVIÑOS, 1987, p. 110).

Caracterizando-se por descritiva, pois, observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir com maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto no indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007. p. 61 – 62).

Segundo Gil (2008), este tipo de pesquisa é a mais solicitada quando se tratando de instituições educacionais, pois, geralmente são realizadas por pesquisadores preocupados com a atuação prática, se propondo a estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos buscando levantar opiniões, atitudes e crenças de uma determinada comunidade.

5.2 PARTICIPANTES DO ESTUDO

Os participantes deste estudo foram 15 adolescentes que frequentam o Centro da Juventude do Bairro Vila Nova Porã, na cidade de Ivaiporã, Paraná, no período matutino (04) e vespertino (11), com idades entre 15 á 17 anos, na qual representam 30% dos adolescentes e jovens com média de idade de 15.7.

A amostra foi composta por 08 adolescentes com 15 anos, 03 com 16 anos e 04 com 17 anos, sendo que, 05 são do sexo feminino e 10 do sexo masculino. O critério de seleção utilizado na amostra foi realizado de forma intencional, conforme faixa etária, frequência, aceitação na participação da entrevista e, participantes que residem no mesmo bairro que se encontra o Centro da Juventude, partindo do pressuposto destes frequentadores possuírem maior conhecimento sobre as atividades, materiais e espaços disponíveis pelo Centro da Juventude, além de possuírem maior argumentação sobre tais assuntos.

Os participantes da entrevista serão identificados com nomes fictícios, visando manter suas identidades anônimas e auxiliando para uma melhor compreensão das informações transcritas no texto.

Quadro 1 - Caracterização dos frequentadores participantes

| Identificação | Idade | Sexo | Período que frequenta |
|----------------------|--------------|-------------|------------------------------|
| Talita | 17 anos | Feminino | Vespertino |
| Hugo | 15 anos | Masculino | Vespertino |
| Lúcio | 16 anos | Masculino | Vespertino |
| Marcos | 16 anos | Masculino | Matutino |
| Breno | 15 anos | Masculino | Vespertino |
| Wellington | 16 anos | Masculino | Vespertino |
| Roberto | 15 anos | Masculino | Vespertino |
| Tatiana | 15 anos | Feminino | Vespertino |
| Ítalo | 15 anos | Masculino | Vespertino |
| Fabíola | 17 anos | Feminino | Vespertino |
| Daniela | 15 anos | Feminino | Vespertino |
| Fabiana | 15 anos | Feminino | Vespertino |
| Luiz | 15 anos | Masculino | Matutino |
| Pedro | 17 anos | Masculino | Matutino |
| José | 17 anos | Masculino | Matutino |

Fonte: A autora (2017).

5.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

O instrumento utilizado para coleta de dados foi à entrevista semiestruturada, sendo que, a entrevista pode ser considerada uma técnica de coleta de dados, onde, o entrevistador se apresenta frente ao indivíduo a ser entrevistado e formula perguntas pautadas no objetivo da sua pesquisa para a “obtenção de dados que interessam a investigação”, sendo, por meio do diálogo, que o entrevistado pode se tornar uma fonte fundamental de informações sobre determinados assuntos que não podem ser encontrados em documentos (GIL, 2008). A entrevista também possibilita captar outras informações além da verbal, como “a expressão corporal do entrevistado, tonalidade de voz e ênfase nas respostas” (GIL, 2008, p. 109).

A entrevista consiste em uma conversa orientada para um objetivo definido: recolher, por meio do interrogatório do informante, dados da pesquisa que não podem ser encontrados em registros e fontes documentais e que podem ser fornecidos por certas pessoas sem dificuldade (CERVO; BERVIAN; DA SILVA, 2007, p. 51-52).

Segundo Gil (2008, p. 109), “a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais”. Deste modo, podemos considerar a entrevista como uma forma de interação social, onde o entrevistador busca coletar dados, e o entrevistado se apresenta como fonte de informação (GIL, 2008).

Esta técnica também pode possibilitar ao entrevistador algumas vantagens, por oferecer maior flexibilidade e possuir maior abrangência de respostas se comparado ao questionário, além de recolher informações sobre o que as pessoas sabem e a razão para cada resposta (GIL, 2008).

Também se trata de entrevista semiestruturada, por ter como base um roteiro constituído de “[...] uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p.188), que são geralmente apoiadas nos objetivos da pesquisa.

Para Triviños (1987, p. 146) “a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa”. O autor ainda afirma que esse tipo de entrevista “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Para entrevista semiestruturada, deve-se organizar um conjunto de questões que leva a denominação de roteiro. Este roteiro consiste em uma lista com perguntas chaves que o entrevistador deve seguir durante a entrevista, porém, a flexibilidade deste tipo de entrevista permite reordenar a ordem das questões conforme a variedade das respostas, “e às vezes até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 72). Também para a formulação do roteiro, deve-se levar em consideração a “atenção para manter o controle dos objetivos a serem atingidos”, como também formular “perguntas cujas respostas possam ser descritivas e analíticas” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 73).

5.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DOS DADOS

Realizando o primeiro contato com a coordenação do Centro da Juventude, foi solicitado documentos e informações sobre a implantação do Centro da Juventude e as ações que são desenvolvidas/aplicadas aos seus frequentadores.

Entrando em contato novamente com a coordenação, foi apresentado o pré-projeto, expondo seus objetivos e a metodologia adotada, solicitando desta vez, a autorização para a coleta de dados, já que, a pesquisa seria realizada com os adolescentes/participantes que frequentam as dependências do Centro da Juventude. Após a autorização, foram agendados com antecedência as datas e horários para realização da coleta de dados conforme disponibilidade dos participantes para que não afetasse a sua participação nas demais atividades.

Dessa forma, os participantes selecionados foram reunidos em uma sala para expor os objetivos da pesquisa, logo, de forma espontânea e individual, para garantir a preservação de sua identidade no anonimato, foram feitas as gravações das entrevistas para que, em seguida, fossem transcritas as informações coletadas sem qualquer tipo de alteração.

Por fim, foram apresentados os resultados e discutidos os dados e informações coletadas.

5.5 ANÁLISE DOS DADOS

A análise de conteúdo pode ser considerada um conjunto de instrumentos metodológicos que podem ser aplicadas em discursos diversificados, ou seja, diversas formas de comunicação, assim, segundo Bardin (1977, p. 31), a Análise de Conteúdo é não só um instrumento, mas um “leque de apetrechos; ou, com maior rigor, um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações”.

Portanto, a análise de conteúdo tem como foco mensagens, ou seja, comunicações, tendo como objetivo manipular estas mensagens para confirmar indicadores que permitam concluir sobre a outra realidade, fora esta da mensagem. Dessa forma, a análise de conteúdo e a linguística estabelecem relações, isto, por

ambas conterem a linguagem como objeto comum, já que, a linguística compõe-se do estudo da língua e seu funcionamento e a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás do significado das palavras (BARDIN, 1977).

Nesta análise, o pesquisador busca a compreensão das características que estão por trás das mensagens levando-as em consideração, ou seja, o analista deve procurar entender o sentido da comunicação, buscando reconhecer o que está oculto no texto, de acordo com a interpretação desta mensagem (BARDIN, 1977).

Bardin (1977) ainda indica três fases fundamentais para a utilização da análise de conteúdos, sendo elas divididas em: primeira fase da pré-análise, a segunda fase da exploração dos materiais e a terceira fase do tratamento dos resultados—a interferência e a interpretação.

A fase da pré-análise é estabelecida como a fase da organização, ou seja, com procedimentos bem definidos, embora possam ser flexíveis. Normalmente se inicia esta fase com uma leitura “flutuante”, sendo esta, uma leitura do primeiro contato com os documentos a serem utilizados na análise, conseqüentemente para formulação das hipóteses, dos objetivos e de indicadores que auxiliarão na interpretação para preparação formal do material (BARDIN, 1977).

Seguido a leitura flutuante, devem ser obedecidas algumas regras, sendo elas: exaustividade – levar a comunicação até seu fim, sem omissão; representatividade – a amostra deve representar o universo; homogeneidade - onde os dados devem ser colhidos por indivíduos semelhantes e referir-se ao mesmo tema da pesquisa; pertinência – os documentos utilizados devem corresponder ao conteúdo tratado na pesquisa; e exclusividade – no qual, os elementos devem ser exclusivos de apenas uma categoria (BARDIN, 1977).

A preparação do material se faz por meio dos dados transcritos, onde os mesmos são separados por categorias para seleção dos temas a serem abordados na pesquisa. Após a preparação do material, se inicia a fase de exploração do material, no qual, os dados são codificados, ou seja, esta fase consiste na listagem de dados sistematicamente, os agregando em unidades de acordo com suas características comuns. Os temas que se tornarem repetitivos podem ser recortados “do texto em unidades comparáveis de categorização para análise temática e de modalidades de codificação para o registro dos dados” (BARDIN, 2011, p.100).

A terceira fase do processo de análise do conteúdo é denominada tratamento dos resultados—a inferência e interpretação. Nesta fase devem-se ligar os resultados

obtidos a um referencial teórico para dar um sentido à interpretação, já que esta, deve tirar por conclusões aquilo que está escondido por trás dos significados que as palavras apresentam, procurando os tornar significativos e válidos permitindo avançar para conclusão da pesquisa (BARDIN, 1977).

A inferência na análise de conteúdo é orientada por alguns seguimentos, sendo eles por meio da comunicação com utilização de um instrumento de indução, neste caso, um roteiro de entrevistas, servindo este, para investigar causas por meio de conclusões, apontamentos ou alguma referencia. Passa-se à interpretação de conceitos – que darão sentido na referência geral os significando, e, proposições – que darão um enunciado geral baseado nos dados. Durante a interpretação dos dados, é necessário se atentar ao embasamento teórico, pois estes juntamente darão suporte e significado à pesquisa por meio da interpretação (BARDIN, 1977).

Embora indicado que estas três fases da análise sejam seguidas, podem existir variações do modo a conduzi-las. Enfim, podemos concluir que a análise de conteúdo pode ser considerada uma leitura aprofundada de acordo com as condições oferecidas pelo sistema linguístico e objetivos relacionados ao conteúdo da pesquisa e seus aspectos exteriores (BARDIN, 2011).

Para esta pesquisa foram utilizados estes segmentos para que facilitassem a análise. Dessa forma, após a realização da coleta de dados, se iniciou a análise de conteúdo com a leitura fluante para conhecermos melhor o material que estaríamos trabalhando, onde posteriormente, alguns objetivos foram reformulados para que pudessem abranger todo o contexto dos dados coletados.

Após esta primeira leitura, na preparação dos materiais, os dados foram separados em categorias e subcategorias conforme semelhanças encontradas em cada uma das questões, abordando assim, temas correspondentes ao que seria tratado.

Dando continuidade, os materiais coletados foram organizados em quadros e listados com base em suas características comuns, onde posteriormente, para a fase de tratamento dos resultados–a inferência e interpretação, utilizou-se como instrumento de indução para comunicação um roteiro de entrevista, onde, por meio desta, procurávamos compreender a percepção dos adolescentes sobre as atividades físico-esportivas desenvolvidas no Centro da Juventude. Conseqüentemente para interpretação dos dados foram utilizados embasamentos teóricos, auxiliando na interpretação e na conclusão dos resultados obtidos.

6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a realização da coleta de dados e leitura, os mesmos foram separados e organizados em categorias e subcategorias por meio da análise de conteúdo das entrevistas realizadas com os adolescentes, para poder então, ser discutidas com base em fundamentação teórica.

Ainda que, as categorias estejam separadas conforme suas temáticas para facilitação da compreensão e auxiliando na análise, será possível notar relações entre elas, já que, a maneira com que foi estruturada de acordo com o objetivo da pesquisa nos permite esta relação, que, além de analisar, procura centrar todos os fatores que estão relacionados á percepção dos adolescentes sobre as atividades físico-esportivas desenvolvidas no Centro da juventude.

As categorias estabelecidas foram: 1) Participação dos adolescentes nas atividades do CEJU – dividida pelas seguintes subcategorias: motivações para a participação nas atividades, participação nas oficinas e atividades físico-esportivas, oficinas que os adolescentes participam, preferências nas atividades esportivas e demais atividades; 2) Espaço físico e materiais, percepção dos adolescentes sobre espaço físico e materiais disponibilizados, adequações e condições dos espaços e materiais, existência de materiais e espaços suficientes; 3) Profissionais atuantes no CEJU, percepção com relação aos profissionais, existência de profissional de educação física, ampliação no quadro de profissionais/ professores, ensinamentos compartilhados; 4) Satisfação e ampliação das atividades físico-esportivas ofertadas pelo CEJU, inclusão de novas atividades; 5) Construção de conhecimentos e novas experiências de aprendizagem proporcionadas pelo CEJU, aprendizado referente às atividades esportivas.

6.1 PARTICIPAÇÃO DOS ADOLESCENTES NAS ATIVIDADES DO CEJU

6.1.1 Motivações para a participação nas atividades

Para identificarmos os motivos que levam os adolescentes a participar do Centro da Juventude, é necessário conhecer os fatores que podem influenciar de tal maneira a participação na realização das atividades que lhes são ofertadas. Assim, buscaremos compreender e relacionar os motivos que podem estar contribuindo para estas participações, mas para isto, será necessário primeiramente compreendermos as definições de motivação para então, podermos analisar de acordo com as respostas dos participantes.

Dessa forma, a motivação pode ser considerada por Chiavenato (1999 apud TARDIN et al, 2005, p. 41):

De modo geral, a motivação é tudo aquilo que impulsiona a pessoa a agir de determinada forma ou, pelo menos, que dá origem a uma propensão a um comportamento específico, podendo este impulso à ação ser provocado por um estímulo externo (provindo do ambiente) ou também ser gerado internamente nos processos mentais do indivíduo.

Como podemos notar, a motivação pode partir de impulsos externos ou internos. Consideram-se motivos externos ou extrínsecos, estímulos que o ambiente pode oferecer, como também, a necessidade de alcançar um determinado objetivo para satisfação ou reconhecimento social, a fim de receber recompensas materiais (TARDIN et al, 2005).

Em contrapartida, os motivos internos ou intrínsecos podem ser definidos como impulsos que partem de natureza fisiológica e psicológica, sendo, aptidões, habilidades e interesses que tornam o indivíduo capaz de realizar uma determinada atividade ou tarefa por satisfação própria (TARDIN et al, 2005).

Quando uma criança ou adolescente realiza um bom desempenho de habilidades motoras específicas em um esporte e nota sua competência, ela mesma sentirá uma necessidade de se aperfeiçoar, deixando-a com uma autoestima elevada, estimulando sua motivação intrínseca. Por outro lado, se essa criança não percebe sua competência, necessitará de um incentivo muito maior dos fatores externos, pais e conhecidos, que auxiliem motivando este adolescente na melhoria

de seu desempenho e suas habilidades, que poderão contribuir para sua permanência e participação nas atividades (MORAES; VARELA, 2007).

Conforme Burochovitch e Bzuneck (2004), uma pessoa que é motivada intrinsecamente sempre demonstrará uma evolução natural em suas conquistas e realizações:

A motivação intrínseca é compreendida como sendo uma propensão inata e natural dos seres humanos para envolver o interesse individual e exercitar suas capacidades, buscando e alcançando desafios ótimos (BUROCHOVITCH; BZUNECK, 2004, p. 39).

Logicamente, se a motivação intrínseca, que é geradora de satisfação própria, estiver apoiada à motivação extrínseca, como elogios e incentivos verdadeiros, farão com que a satisfação pela tarefa realizada seja ainda maior (BUROCHOVITCH; BZUNECK, 2004).

Ainda, Moraes e Varela (2007) ressaltam que a motivação dá suporte ao aprendizado, a afetividade, a participação e ao convívio social, no qual, passa a ser papel das pessoas mais próximas, ressaltar tal importância, pois, sendo construída desde a infância reduz a necessidade de buscar motivações extrínsecas para realização de alguma atividade, já que na motivação intrínseca bastaria.

Dessa forma, buscando identificar a motivação que levam os adolescentes a frequentar e a participar das atividades do Centro da Juventude, os mesmos foram questionados em tais assuntos, como podemos notar suas respostas a seguir:

O quadro 02 demonstra a frequência dos adolescentes no Centro da Juventude conforme suas falas:

Quadro 2 - Frequência dos adolescentes no CEJU.

| Frequência dos adolescentes no CEJU | Frequentadores |
|--|---|
| Todos os dias da semana | Talita, Lúcio, Marcos, Wellington, Roberto, Fabíola, Daniela, Fabiana, Luiz, José |
| Três vezes na semana | Hugo, Breno |
| Algumas vezes no mês | Tatiana, Ítalo, Pedro |

Fonte: A autora (2017).

As justificativas apresentadas pelos participantes Hugo e Breno por frequentarem três vezes na semana o Centro da Juventude, se dá pelo fato de trabalharem nos demais dias:

“Eu ajudo meu padrasto quando ele está com serviço em casa, construindo lá” (Hugo).

“Às vezes vou trabalhar com meu pai” (Breno).

Os adolescentes Tatiana, Ítalo e Pedro que mencionaram algumas vezes no mês, ou seja, frequentam pouco o CEJU, está relacionado a terem curso, ficarem em casa dormindo ou na rua com os colegas:

“Ultimamente é raro. Tem dia que eu venho, tem dia que eu não venho... Fico em casa dormindo, comendo...” (Tatiana).

“Semana passada eu vim inteira, mas tem dia que eu venho uma vez, duas vezes por semana. Tem vez que eu trabalho e tem vez que eu tenho que fazer curso” (Ítalo).

“Às vezes eu não venho muito não, tem dias que eu falto. Quando eu não venho, eu saio pra rua e brinco com os meus colegas, mas como eu tenho poucos colegas, fico só em casa depois” (Pedro).

Estes adolescentes demonstram desmotivação, devido ao fato, de preferirem ou optarem por realizar outras atividades que se encontram fora do contexto do CEJU, sendo que, esta ausência de motivação diminui o interesse no investimento pessoal, no qual, o indivíduo deixa de realizar com qualidade as tarefas que lhes são proporcionadas para aprendizagem (BUROCHOVITCH; BZUNECK, 2004).

Dessa forma, quando os profissionais atuantes nestes espaços oferecem alguma atividade e esta não atrair participantes, seja por falta de motivação ou por próprio desinteresse, o mesmo não pode demonstrar desânimo e desistir de contribuir na propagação da aprendizagem, sendo seu dever se dedicar, utilizando de sua criatividade e amor na formulação de suas atividades, as tornando prazerosas e buscando envolver seus participantes, de forma que, compreendam que aquele espaço que frequentam e que as atividades desenvolvidas possuem grande valor para torná-los bons cidadãos (RAMOS, 2014).

Claro que, não podemos deixar de lembrar, que a frequência e a participação dos adolescentes nas atividades ofertadas são optativas, partindo da preferência e do gosto particular de cada indivíduo, porém, cabe aos profissionais que se encontram diretamente envolvidos nas orientações das atividades com estes adolescentes, estarem atentos aos motivos intrínsecos ou extrínsecos que os levam a participar destas aulas, procurando incentivá-los ou até mesmo, adequando ou

buscando uma nova forma de direcionamento destas atividades (POLLES; BARBOSA, 2012).

De outra forma, as justificativas apresentadas pelos participantes que frequentam o Centro da Juventude todos os dias estão relacionadas ao gostarem de participar das atividades ofertadas, considerando-as legais, ou, por não terem nada para fazer durante o dia, encontrando no local, uma forma de passar seu tempo:

“Eu gosto daqui” (Breno).

“Porque é legal” (Roberto).

“É porque eu não tenho nada para fazer em casa” (Lúcio).

“Acho que para passar um pouco do tempo que não faço nada em casa, venho pra cá” (Fabiana).

Para Ítalo e Daniela, suas frequências no CEJU não estão apenas relacionadas á passar o tempo, mas, em busca de algum aprendizado:

“Maioria pra mim aprende alguma coisa e passar o tempo” (Ítalo).

“Acho que para aprender mais, ter a mente mais aberta” (Daniela).

Estes adolescentes mostram-se motivados intrinsecamente, onde procuram por meio de sua participação no CEJU, adquirir novas experiências e conhecimentos ainda não adquiridos. Porém, para tornar significativo este aprendizado procurado pelos adolescentes, os mesmos devem possuir um conhecimento prévio da atividade que já estão envolvidos, servindo de auxílio na promoção da motivação pela aprendizagem. Também, se faz necessário apoiarmos nos conhecimentos já adquiridos por eles, buscando aperfeiçoar e ampliar ainda mais esse conhecimento por meio de atividades motivadoras e contextualizadas dentro de suas realidades (ANELO; SOUZA, 2012).

Ainda se faz necessário destacar a importância dos frequentadores terem consciência de que o Centro da Juventude é um espaço formativo, ou seja, que disponibiliza uma série de atividades com o objetivo de proporcionar aprendizagem, sendo através de relações pessoais, pelo mundo do trabalho, ou, por meio da produção cultural. No caso destes adolescentes, eles demonstram estar ciente desta oferta referente á aprendizagem na participação das atividades disponibilizadas pelo CEJU. Porém, deveria tornar consciente á todos os adolescentes participantes sobre

essa formação, já que muitos realizam as atividades propostas somente no sentido de passar o tempo, deixando de valorizar o aprendizado existente.

Um adolescente ainda ressalta uma visão diferenciada sobre a importância do Centro da Juventude aos seus frequentadores:

“Porque aqui é importante pra todo mundo... Melhor fica aqui no Centro da Juventude do que fica na rua fazendo coisa errada” (Luiz).

Com base neste ponto de vista, Barbanti (2005 apud POLLES; BARBOSA, 2012), afirma que, ao ocupar seu tempo ocioso na participação de atividades físicas, pode proporcionar o afastamento de maus comportamentos e a propensão ao uso de drogas. Por meio da resposta deste participante, podemos perceber que o Centro da Juventude se compõe de um espaço que busca afastar adolescentes das ruas, do mundo do crime, da violência e das drogas, pretendendo ocupá-los com atividades que promovam seu progresso pessoal e social. Também notamos que este adolescente possui uma motivação intrínseca muito presente, participando das atividades e estando ciente dos benefícios que o Centro da Juventude traz aos seus frequentadores. Logicamente, não podemos deixar de lado que apenas três participantes compreendem este espaço como sendo de caráter formativo, havendo necessidade de realização de trabalhos com os adolescentes de diversas formas, para conscientização sobre esse aspecto importante que norteia o Centro da Juventude.

Portanto, através do que foi possível compreender conforme as respostas realizadas pelos participantes, conclui-se que, apenas cinco adolescentes encontram-se motivados intrinsecamente, sendo por gostar ou achar legal este espaço de ensino, por meio da participação de atividades que sentem prazer em realizar, ou por buscar novos conhecimentos e aprendizagem por meio do ensino que é compartilhado. Os demais adolescentes se demonstram desmotivados, vendo este espaço apenas como um lugar para passar o tempo, ou até mesmo, priorizando outras atividades que se encontram fora do contexto do CEJU.

Por fim, ressaltamos a importância das pessoas mais próximas destes adolescentes, principalmente o profissional que se encontra nas orientações das atividades, que se proponham a continuar incentivando as oficinas, de forma a motivar os adolescentes na busca pelo aprendizado, pois a motivação é facilitadora da aprendizagem favorecendo seu crescimento pessoal.

6.1.2 Participação nas oficinas e atividades físico-esportivas.

As práticas esportivas se tornaram nos últimos tempos um atrativo para adolescentes e jovens, estando presente em sua cultura cotidiana, onde essas práticas visam à valorização do corpo e o corpo em movimento (WELLER, 2015).

Dessa forma, os programas que trabalham com a educação não-formal, exercem um importante papel na oferta de atividades esportivas e vivência de diferentes práticas corporais, que possibilitam o acesso á conhecimentos práticos e conceituais oportunizando o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades, visando o aprimoramento de cada indivíduo, especialmente quando relacionados ás crianças e adolescentes que se encontram em comunidades carentes e não possuem recursos financeiros para se manterem em escolas esportivas particulares, as quais são grandes influenciadoras na inclusão social. É desta forma que os programas não-formais se tornam eficazes, incluindo socialmente estes adolescentes por meio das práticas esportivas que lhes são ofertadas (CUNHA, 2007).

Para Cunha (2007, p. 14), as atividades esportivas também servem como auxílio no desenvolvimento dos princípios éticos pessoais:

O potencial educativo encontrado nas atividades esportivas é mobilizado para desenvolver e formar pessoas capazes de agir com base em princípios éticos e de forma cada vez mais autônoma e transformadora, tanto a nível pessoal como no nível coletivo.

Conforme Weller (2015), o esporte pode representar para populações consideradas vulneráveis para fatores de risco, como elementos preventivos à criminalidade, ofertando em seu meio, um espaço de igualdade, de respeito, de aprendizado e de exercício da cidadania. É importante ressaltar, que as atividades esportivas além de trazerem esses benefícios, também proporcionam um ensino de qualidade, logicamente, adaptado a necessidade que cada grupo apresenta.

Outra característica das atividades esportivas no contexto não-formal, é que não são seletivas, abrangendo a todos de forma a incluírem em sua participação, não exigindo pré-requisitos para o indivíduo iniciante, já que, o seu foco não é o

esporte de rendimento, mas o esporte de inclusão e esporte educativo (WELLER, 2015).

Segundo Seibel (1999 apud WELLER, 2015), indicam possíveis benefícios educacionais que a prática esportiva pode proporcionar, assim como a melhoria da autoestima e autoconfiança, que auxiliam a lidar com situações difíceis, o respeito de regras por meio da inclusão e integração social, e o autoconhecimento por meio do esporte de suas próprias capacidades e competências.

Para tanto, se faz necessário compreender os motivos que levam os jovens a participar de tais atividades esportivas, suas preferências, suas capacidades e dificuldades, para então poder contribuir oportunizando o esporte como inclusão deste indivíduo na sociedade (WELLER, 2015). Sendo assim, demonstraremos as oficinas que os participantes entrevistados participam no Centro da Juventude, e mais além, verificaremos as suas preferências e os motivos da não participação nas demais aulas ofertadas.

O quadro 03 demonstra a participação dos adolescentes nas oficinas do Centro da Juventude:

Quadro 3 - Oficinas que os adolescentes participam.

| Oficinas/Aulas | Adolescentes participantes |
|-----------------------|---|
| Natação | Lúcio, Marcos, Wellington, Ítalo, Daniela, Luiz, Pedro, José. |
| Vôlei | Talita, Marcos, Ítalo, Fabíola, Luiz, Pedro. |
| Basquete | Hugo, Roberto, Ítalo, Luiz, Pedro. |
| Tênis de Mesa | Lúcio, Marcos, Roberto, Ítalo, Luiz, Pedro, José. |
| Futsal | Lúcio, Marcos, Breno, Ítalo, Luiz. |
| Futebol | Hugo, Marcos, Breno, Ítalo, Luiz, José. |
| Slackline | Lúcio |
| Bets | Marcos, Roberto, Luiz. |
| Karatê | Hugo, Pedro. |
| Capoeira | Wellington, Ítalo, Luiz, Pedro, José. |
| Dança | Hugo, Ítalo. |
| Agente Cidadania | Marcos, Breno, Fabíola, Daniela, Fabiana, José. |
| Informática | Marcos, Breno, Wellington, Roberto, Fabíola, Luiz, Pedro, José. |

| | |
|--------------|--------|
| Artesanato | Talita |
| Brincadeiras | Pedro |
| Desenho | Talita |

Fonte: A autora (2017).

Pode-se observar que as atividades relacionadas à natação, informática e t nis de mesa são as mais procuradas pelos adolescentes, seguidas de vôlei, futebol e o projeto Agente Cidadania¹.

As demais atividades apresentam uma demanda um pouco menor referente às supra mencionadas. Mesmo com esta variedade de atividades ofertadas pelo Centro da Juventude, uma adolescente diz não participar de nenhuma atividade, isto devido a não adaptação com os novos professores:

“Nenhuma. Por que... Ah, sei lá, não tem nada pra fazer. Na verdade tem, mas eu não gosto do professor... Dançar, eu dançava, mais da  entrou outro professor, a  eu não danço mais... Capoeira mudou o professor também, não vou fazer mais, e o resto eu não faço. Não é que não me dou bem,   que os professores é meio, sabe...” (Tatiana).

Com a resposta obtida por esta adolescente, notamos que ela possui uma grande desmotivação tanto intrínseca quanto extrínseca, pois, as atividades ofertadas não atendem suas expectativas ou satisfações pessoais, também a falta de motivação extrínseca faz com que ela se afaste ainda mais das atividades que são ofertadas. Neste sentido, este fato também pode ocorrer segundo Simson (2008 apud RAMOS, 2014), por alguns profissionais atuantes nestes espaços falharem ao considerar de forma homog nea todos que estão inseridos nas mesmas atividades, deixando de lado a particularidade existente neste adolescente da necessidade de incentivos, pois, muitas vezes, estes adolescentes carregam consigo sentimentos de incapacidades e de injustiças para dentro das oficinas.

¹O Projeto Agente Cidadania é um programa cujo objetivo é “Oportunizar a participação social e cidadã dos adolescentes e jovens e a inclusão sócio-cultural de crianças e adolescentes, prioritariamente em situação de vulnerabilidade e risco social, nos Municípios onde tem os Centros da Juventude, através da atuação de adolescentes e jovens denominados Agentes de Cidadania” (PARANÁ, 2013, p. 5). Este projeto acolhe adolescentes e jovens de 14 a 18 anos que atendam aos critérios descritos na Lei n  16.021/2008 e Resolução n 142/2013 – SEDS, devendo cumprir 10 horas semanais no planejamento e execução de atividades físico-esportivas, artístico-culturais e de cidadania de acordo com o interesse de cada Agente, além de, realizar relatórios de suas ações e reuniões com os seus supervisores para troca de experiências. Após o cumprimento destas etapas, o Agente receberá um auxílio financeiro no valor de R\$ 150,00 no mês. Estão destinadas verbas para 40 bolsas auxílio por mês para cada Centro da Juventude (PARANÁ, 2013).

Pode-se notar com a resposta da participante, que esta mudança de profissional não proporcionou sua adaptação, seja por motivos pessoais ou por não se adaptar aos conteúdos/atividades que estão sendo repassados e pelos professores novos. Notamos ainda, que existe uma falta de vínculo e de afetividade entre participante e professor, onde cabe ao professor utilizar de estratégias para que o diálogo aconteça, buscando de certa forma, a compreensão de ambas as partes e promovendo a reintegração deste adolescente nas atividades (RAMOS, 2014).

Outro fato que nos instiga a verificar é o porquê da maior aderência em certas atividades e menor em outras, mas para isso, seria necessário um estudo mais aprofundado sobre esse contexto, porém, podemos dizer que algumas atividades são exclusivas do Centro da Juventude, assim como o Agente Cidadania, ou como no caso da natação e da informática, que seu acesso fora do CEJU fica restrito por pertencer a instituições particulares, que muitas vezes dificultam o acesso por conter mensalidades altas para realizações das aulas. Também podemos compreender preferência em certas atividades por partir do gosto particular de cada participante, por se sentir bem enquanto as desenvolvem, ou, por haver comunicação e interação melhor entre certos professores.

No quadro abaixo apresentamos a preferência dos adolescentes pelas oficinas que são praticadas:

Quadro 4 - Preferência nas oficinas/aulas pelos adolescentes.

| Preferência nas oficinas/aulas | Adolescentes participantes |
|---------------------------------------|-----------------------------------|
| Futsal | Hugo, Breno, Ítalo. |
| Capoeira | Wellington, Ítalo. |
| Vôlei | Talita, Fabíola. |
| Dança | Hugo, Ítalo. |
| Informática | Marcos, Roberto. |
| Agente Cidadania | Daniela, Fabiana. |
| Tênis de Mesa | Lúcio |
| Futebol | Luiz |
| Natação | José |
| Karatê | Pedro |

Fonte: A autora (2017).

Dentre as preferências nas atividades, os adolescentes mostraram uma grande diversidade, como apresentado acima, logo suas justificativas por preferirem estas atividades, estão relacionadas a gostar de praticá-las ou buscarem adquirir maior conhecimento sobre elas:

“Vôlei. Ah, sei lá, eu tenho que aprender mais, tipo, as regras do vôlei” (Talita).

“Vôlei. Porque eu gosto de jogar” (Fabiola).

“Futebol. Porque eu sou melhor nisso” (Luiz).

“Futsal. Porque eu gosto de jogar” (Breno).

“Informática. Ah agora não sei... Digito e jogo também” (Marcos).

“Capoeira... Dos movimentos da Capoeira. Ele ensina a cantar músicas, bater palmas...” (Wellington).

“Ping-pong. Porque é legal” (Lúcio).

As adolescentes que citaram como preferência o projeto Agente Cidadania, o justificam dizendo ser um projeto interessante, podendo interagir com pessoas de acordo com o desenvolvimento e aplicação do projeto que as mesmas criaram:

“Agente Cidadania. Porque interage com bastante pessoas, a gente sai daqui pra saber outros assuntos. Acho bem legal” (Daniela).

“Ah não sei, porque, eu achei interessante quando soltaram que iria ter o Agente Cidadania aqui, achei interessante o trabalho. Tipo a gente ter a ideia de um projeto e poder lançá-lo” (Fabiana).

Há ainda os adolescentes que enxergam e preferem certas atividades como um momento de diversão:

“Ah de Dança, de Capoeira que não tem mais e Futsal. Porque são as únicas que nós nos sentimos bem” (Ítalo).

“Ah, eu gosto do futsal e da dança. Porque, no futsal eu gosto de ficar no gol e na dança por que eu gosto de me divertir” (Hugo).

“Natação. Ah, Porque tem como ficar molhado né” (José).

“Que eu mais gosto é Karatê. Porque, assim, é uma alegria, uma diversão, e eu quero aprender mais” (Pedro).

Tivemos ainda algumas respostas condizentes às preferências na área esportiva tais como vôlei, futsal, slackline, natação e o tênis de mesa:

“... O Slackline. Gosto das manobras. Eu salto, ando...” (Lúcio).

“Natação. Porque é legal. Aprendo a nadar” (Marcos).

“Tênis de Mesa. Porque é bom” (Roberto).

“De Natação. Porque o professor... Quando tinha o Fabiano aqui, ele nos ensinava a nadar. Como nadar certo... Fomos nos apegando a isto, mas, ele saiu...” (Ítalo).

“Do Vôlei. Ah porque é massa, daí você fica lá jogando e aprende mais” (Fabíola).

“Natação. Porque movimenta todo o corpo né, então alegre também, eu gosto bastante” (Daniela).

“Futsal. É bom correr, ficar correndo” (José).

Ao perguntar para os adolescentes o porquê de não participar das demais atividades que o CEJU oferece, a resposta obtida pela maioria dos adolescentes foi por não gostarem, desinteresse, por achar os professores das demais atividades chatos ou por preferirem fazer o que gostam:

“Eu não curto muito as outras” (Talita).

“Não tenho interesse” (Daniela).

“Porque é chato, e os professores também” (Hugo).

“Ah, porque eu acho que é chato. Não é que é chato... A gente faz uma coisa e tem que fazer o que gosta. Não que eu não goste entendeu... Só que tem que fazer o que gosta” (Luiz).

Dessa forma, a competição em determinadas atividades que são consideradas chatas, monótonas e desinteressantes, pode servir como um processo auxiliativo na aprendizagem, pois, além de realçar a motivação para as práticas, também serve de incentivo para que seus praticantes assumam compromisso maior relacionado aos treinamentos e às frequências, oportunizando assim, uma maior identificação entre praticante e atividade praticada (WELLER, 2015).

Ainda uma adolescente ressalta o desinteresse pelos demais em fazer um time feminino de futsal:

“Ah porque sei lá, ninguém é interessado em jogar, fazer um time feminino de futsal, essas coisas...” (Fabíola).

Conforme o plano de ação do Centro da Juventude (incluso anexo E), o quadro de atividades ofertadas pelo CEJU se compõe de oficinas artísticas, culturais e de práticas esportivas, estando entre elas: dança, natação, informática, atividades

poliesportivas (futsal, vôlei, basquete, handebol, badminton, entre outros), karatê, teatro, judô, capoeira, música (instrumental e coral). Também compõe este quadro, a realização de eventos em datas comemorativas, sessão cinema, cursos profissionalizantes, oficinas de cidadania, campeonatos, gincanas e eventos de apresentações.

A escolha destas atividades está de acordo com o convênio de nº 007/10 do processo nº 10.399.570-1, realizado entre a Secretaria de Estado da Criança e da Juventude – SEJC, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU, o Serviço Social Autônomo Paranaidade e o Município de Ivaiporã, em sua cláusula segunda das atribuições, cabendo ao SEJC a responsabilidade de elaborar as diretrizes da proposta pedagógica dos Centros da Juventude, como também, instituir um grupo de trabalho com a responsabilidade de orientar e acompanhar a execução desta proposta pedagógica, apoiando e organizando atividades garantindo o acesso ao público que se destina.

Neste caso, os participantes relatam os esportes tradicionais em sua maioria como preferência, pelo fato de não haver a disponibilização de outras atividades que não sejam tão frequentes em seu cotidiano assim como os esportes tradicionais, ou, até mesmo, por falta de incentivos do professor em trazer atividades que estejam além deste contexto e que motive a participação e o gosto dos adolescentes por sua prática. Como já visto, os professores e pessoas mais próximas destes adolescentes devem motivá-los e adequar as atividades para garantir sua participação (MORAES; VARELA, 2007).

Posteriormente as entrevistas, tivemos o acesso ao que se referia á aula de natação dos adolescentes, nos deparamos com o entrevistado Luiz. Inquieto ele aguardava para entrar na piscina, então, de forma livre o perguntamos se gostava das aulas e se tinha acesso em outras piscinas, e, rapidamente ele falou que frequentava um “riozinho” que havia ali por perto e que gostava das aulas de natação do CEJU, pois, era o único lugar que ele conhecia que disponibilizava o acesso a piscina de forma gratuita e que ainda ensinava a nadar.

Compreendemos que, para muitos dos frequentadores participantes das aulas de natação o acesso á piscina está limitado ao Centro da Juventude, pois os demais espaços que contém piscina e disponibilizam acesso nesta cidade são particulares, e como a comunidade local e os adolescentes que frequentam o CEJU são

considerados carentes, compreendemos a falta de recursos que permitam este acesso.

Também com as respostas dos participantes podemos perceber que consideram o Centro da Juventude como um espaço voltado ao passar o tempo, ao lazer e a recreação, deixando de notar que este espaço tem grande relevância para sua formação pessoal e social (ALMEIDA, 2011). Para Silva (2007 apud RAMOS, 2014), as oficinas/aulas que exercem atividades ligadas ao fazer, aplicam e possibilitam o ato de aprender, não ficando exclusivamente sobre aquilo que é feito e ensinado, mas sobre o ambiente possibilitador, considerando os espaços, materiais e tudo que está próximo.

Assim, concluímos que a preferência nas atividades físico-esportivas mais procuradas pelos adolescentes são bastante diversificadas, porém, estão entre estas práticas: a natação, o tênis de mesa, o vôlei e o futsal, também fazendo parte da maior procura, as atividades de formação pessoal e de cidadania como o Projeto Agente Cidadania e informática.

6.2 ESPAÇO FÍSICO E MATERIAIS

O Centro da Juventude consiste em um espaço democrático e aberto, estando acessível para acolher a todos adolescentes e jovens que estejam interessados em dele participar, permitindo seu direito de ir e o vir durante todos os dias inclusive nos fins de semana. Seus espaços físicos estão separados em dois blocos, sendo um deles para realização de atividades educativas que abrigam laboratório, biblioteca, sala de informática, auditório, salas multiuso para: espaço para prática de dança, formação para o mundo do trabalho, entre outras e uma rádio comunitária experimental. O outro bloco serve para realização de atividades esportivas, contendo uma praça, teatro de arena, pista de skate e ginásio poliesportivo, piscinas para a prática de esportes aquáticos e de lazer (PARANÁ, 2009).

Relacionados aos materiais, o Governo do Estado e sua respectiva secretaria, ou seja, a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS) fica

responsável de fornecer os equipamentos necessários para que o Centro da Juventude possa ser utilizado, e cabe ao município, a responsabilidade da sua manutenção, contratação da equipe mínima, recursos para limpeza e para segurança local, e também despesas com materiais que são utilizados nas atividades (PARANÁ, 2009).

Em qualquer tipo de instituição de ensino, para realização das atividades físico-esportivas, se faz necessário alguns itens, como instalações adequadas e materiais com acessibilidade para um bom funcionamento e desenvolvimento de suas atividades, contribuindo assim, para um processo de aprendizagem com qualidade. Dessa forma, podemos considerar os espaços físicos como: quadra esportiva, campo de futebol e seus equipamentos, e os materiais básicos como: as bolas, cones, bambolês, cordas, etc. (ALMEIDA, 2011).

Dessa forma, conforme a entrevista, os participantes foram questionados sobre os espaços físicos e materiais que são disponibilizados pelo Centro da Juventude, onde os adolescentes Talita, Hugo, Wellington, Roberto, Fabíola, Daniela e Luiz falaram que os materiais para as aulas ofertadas no Centro da Juventude estão em boas condições de uso, porém, deveria haver em maior quantidade:

“Estão em boas condições, mas são bem poucos” (Talita).

Os demais adolescentes citaram diretamente o problema de alguns materiais que não estão em boas condições para o uso para as práticas, tais como:

“Ah, tem o Slackline que está estragado. A fita e as presilhas estão quebradas” (Lúcio).

“Só o campo que é ruim. Tudo torto...E a trave lá que ta quebrada a parte de cima...” (Breno).

“... Ah, tem uns que é triste a situação né. Bola furada...” (Tatiana).

“Tem... Tipo, a sala de dança, está com o chão quebrado. Lá fora tem aquela pista de skate que os pia fica andando e é perigoso quebra uma perna, um braço, alguma coisa quando chove. E... Só” (Ítalo).

“Computador mesmo, quem faz o Agente Cidadania usa, mas muitos não pegam e os que pegam estão travando muito. Eu acho que caderno que foi pedido para o projeto também não vieram” (Fabiana).

Ainda relacionado aos materiais, agora procurando identificar se são suficientes ou não para as oficinas, os participantes citaram bolas furadas, falta de rede no futsal, e como na questão anterior, o chão da sala de dança quebrada,

dificultando ou podendo causar algum tipo de risco para os adolescentes que praticam esta oficina:

“Das que eu participo sim. Só está faltando a rede no futsal. Só” (Hugo).

“Falta, falta né... O chão está meio quebrado né” (Tatiana).

“Ah, ter, tem, mas não está muito bom não... Bola de vôlei estava furada esses dias, acho que compraram outra. Está faltando esse chão nessa sala de dança que ta quebrado (Fabiola).

“Não. Deveria ter mais materiais. Aqui, por exemplo, no artesanato mesmo poderia ter mais papel, mais coisas para mexer, porque tem vez que falta” (Daniela).

Conforme as respostas obtidas pelos entrevistados, podemos notar que existe falta de alguns materiais entre os que são disponibilizados pelo Centro da Juventude, havendo necessidade de materiais novos ou o conserto dos mesmos para continuação das atividades físico-esportivas que são ofertadas. Conseqüentemente, esta falta de material pode prejudicar o interesse dos adolescentes na participação das atividades, pois segundo Medeiros (2009 apud ALMEIDA, 2011), quando uma instituição de ensino não apresenta materiais suficientes, ou até mesmo, são inexistentes para as atividades físico-esportivas, contribuirá de forma negativa enfraquecendo a participação dos adolescentes e a desvalorizando para sua formação.

Dessa forma, quando existir esta falta de materiais nestes espaços, os professores podem adequá-las, promovendo por meio dos recursos existentes atividades que atraiam a atenção e a participação dos adolescentes, sejam através de brincadeiras, gincanas, eventos esportivos, entre outros (ALMEIDA, 2011).

Considerando ainda o que os adolescentes entendem por situação de risco, procuramos identificar algum espaço no CEJU que poderia causar algum dano físico aos seus frequentadores, já que, o adolescente Ítalo havia citado a pista de skate como um fator de risco quando molhada. Apenas Ítalo e Pedro apresentaram uma situação de risco:

“... Aqui já quebrou né. Já quebraram braços, mas perna não. Ali perto da quadra” (Pedro).

Apenas dois adolescentes citaram espaços como considerados em situação de risco, os demais adolescentes não identificaram nenhum fator de risco. Todos os entrevistados apontaram os espaços para oficinas limpos e bem cuidados. A

participante Daniela, além de considerar esses espaços bem cuidados, indica que há sempre pessoas fiscalizando estes espaços para que não apresente nenhum risco aos seus frequentadores:

“Não apresentam risco nenhum. É tudo de boa, porque tem bastante gente ao redor e sabem o que está acontecendo, o que vão fazer. Então...”.

Com base na justificativa do participante Pedro, o fator de risco citado havia ocorrido quando o Centro da Juventude ainda estava se organizando e se adaptando ao novo contexto que havia sido inserido, no qual, podemos verificar pela fala de Daniela que existem pessoas que ficam ao redor dos grupos onde estão sendo desenvolvidas as atividades fiscalizando para que estes riscos não voltem a acontecer, e também, procurando manter estes espaços limpos e organizados.

Dessa forma, os espaços físicos para o desenvolvimento de suas atividades físico-esportivas "[...] sejam eles campos, quadras, piscinas, salas de dança e lutas etc. - são dimensões importantes no aprendizado motor, afetivo e cognitivo do adolescente [...]" (MATOS, 2005, p. 71).

Como visto, os espaços físicos e materiais são fatores colaboradores para que as atividades físico-esportivas possam ser desenvolvidas, e por meio delas, desenvolver competências. Dessa forma, estes espaços de ensino devem oferecer padrões mínimos de condições relacionados a esses fatores, buscando proporcionar tanto para os participantes quanto para os professores, uma melhor qualidade no ensino-aprendizagem e uma participação ativa dos interessados (ALMEIDA, 2011).

Portanto, conforme os adolescentes, o Centro da Juventude se compõe de um espaço limpo e bem cuidado, e que o espaço considerado de risco é monitorado por fiscais de pátio a fim de evitar qualquer tipo de transtorno. Em relação aos materiais, existe a necessidade de aumento ou de conserto dos mesmos, pois, como a demanda de participantes é alta muitos deixam de se interessar nas aulas por ter que aguardar a chegada de novos materiais.

6.3 PROFISSIONAIS ATUANTES NO CEJU

Nos espaços cedidos para realização da educação não-formal, existe uma mescla de profissionais de diversas áreas do conhecimento atuando neste campo,

tais como das Artes Visuais, Ciências Sociais, Geografia, Artes Cênicas, Educação Física, entre outros, porém, alguns desses profissionais apresentam limitações teóricas em sua formação inicial para estar trabalhando neste espaço que necessita de certos cuidados por haver especificidades que devem ser consideradas. Muitas vezes, os próprios cursos de formação dos professores deixam a desejar, não privilegiando seus currículos, no qual, disponibiliza uma fundamentação mínima para atuar neste espaço que, mesmo que alguns profissionais tenham formação específica não dominariam a real especificidade do trabalho que este espaço apresenta (SILVA; PERRUDE, 2013).

Inicialmente esses espaços contavam com educadores com poucos conhecimentos, mas, como um dos objetivos destes projetos é proporcionar e oportunizar o conhecimento e o ensino de qualidade aos seus frequentadores, a contratação dos profissionais foram repensadas e, em alguns projetos, os profissionais passaram a ser contratados de acordo com a formação adequada com o tipo de atividade que este profissional iria exercer (SILVA; PERRUDE, 2013).

Isto é o correto a fazer, pois, os profissionais que atuam nestes espaços são os maiores responsáveis por disseminar o conhecimento, sendo sua formação profissional realizada por meio de cursos, de oficinas, trabalhos em grupos para troca de experiências, palestras de capacitação profissional, ou outros meios que contribuam com o aperfeiçoamento de seu trabalho melhorando a qualidade dos serviços prestados (TOZETTO; ROMANIW; MORAIS, 2011).

Desta maneira, os adolescentes que participam das atividades do Centro da Juventude foram questionados sobre os profissionais atuantes neste espaço e as atividades que são desenvolvidas por eles. Também foram questionados se gostam deste profissional, onde, 09 dos 15 adolescentes entrevistadas gostam deles, em contrapartida, 06 adolescentes alegam gostar apenas de alguns, no qual, afirmando que alguns são chatos, falsos ou não os recebem bem, como podemos ver a seguir:

“Alguns sim, alguns não... Alguns a gente se dá bem, outros não” (Tatiana).

“De alguns. Ah, porque os outros são chatos e uma falsa” (Fabíola).

“Alguns... Eu não me dou bem com uns, mas com outros sim” (Luiz).

“Um pouco só. Ah, uns são bons, mas outros, muito chatos” (José).

Relacionado aos professores que trabalham nas dependências do Centro da Juventude, os 15 adolescentes entrevistados afirmaram que possuem professores de Educação Física, sendo que, 07 destes adolescentes gostariam que aumentassem o número de professores, todavia, 08 adolescentes falaram que esta quantidade de professores existentes no CEJU é o suficiente:

“É... Tinha que te mais né” (Pedro).

“Não, o que tem aqui está bom” (Luiz).

“... Acho que esta na quantidade” (Daniela).

Ao perguntar aos entrevistados se os professores ensinam várias coisas ou se brincam mais sozinhos, a resposta obtida por Marcos, Wellington, Roberto, Daniela, Fabiana e Pedro é que os professores ensinam várias coisas. Dentre os adolescentes que falaram que brincam mais sozinhos estão: Talita, Hugo, Lúcio, Tatiana, Ítalo, Fabíola e José. Os adolescentes Breno e Luiz falaram que os professores além de ensinar várias coisas também os deixam brincar sozinhos:

“Eles ensinam várias coisas, nós também brincamos sozinhos” (Luiz).

Dessa forma, quando nos referimos à formação do profissional da área da Educação Física, devemos considerar suas capacidades, especialidades e o seu campo de atuação. Assim, conforme o deliberado da Reunião Plenária de 16 de Dezembro de 2001 realizada pela Comissão Especial de Estudo das Intervenções Profissionais em Educação Física, do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF, juntamente com seu presidente Jorge Steinhilber, resolve em seu artigo 1º que:

Art. 1º – O **Profissional de Educação Física** é especialista em atividades físicas, nas suas diversas manifestações – ginásticas, exercícios físicos, desportos, jogos, lutas, capoeira, artes marciais, danças, atividades rítmicas, expressivas e acrobáticas, musculação, lazer, recreação, reabilitação, ergonomia, relaxamento corporal, ioga, exercícios compensatórios à atividade laboral e do cotidiano e outras práticas corporais -, tendo como propósito prestar serviços que favoreçam o desenvolvimento da educação e da saúde, contribuindo para a capacitação e/ou restabelecimento de níveis adequados de desempenho e condicionamento fisiocorporal dos seus beneficiários, visando à consecução do bem-estar e da qualidade de vida, da consciência, da expressão e estética do movimento, da prevenção de doenças, de acidentes, de problemas posturais, da compensação de distúrbios funcionais, contribuindo ainda, para consecução da autonomia, da auto-estima, da cooperação, da solidariedade, da integração, da cidadania, das relações sociais e a

preservação do meio ambiente, observados os preceitos de responsabilidade, segurança, qualidade técnica e ética no atendimento individual e coletivo.

Assim, quando nos referimos ao profissional de Educação Física, existem duas formações distintas, sendo eles: o licenciado e o bacharelado, no qual, mediante sua formação, o profissional está capacitado para exercer suas intervenções em determinados espaços. Dessa forma, o licenciado está apto para trabalhar em diferentes etapas da educação básica, com atuação específica e especializada na Educação Física curricular. Em contrapartida, o bacharelado está qualificado para analisar, atuar e intervir por meio das atividades físicas e esportivas, em qualquer espaço que não seja formal, ou seja, de educação básica, possibilitando conforme a realidade social, a adoção de um estilo de vida fisicamente ativa e saudável (LIMA, 2012).

Então, quando se tratar do espaço de ensino não-formal, sabemos que o profissional que está apto para desenvolver as atividades físico-esportivas nestes espaços são os que possuem o bacharel em sua formação, mas para que este profissional consiga adotar métodos de trabalho que correspondam às necessidades existentes neste espaço, seu curso de formação deve contribuir para sua formação inicial potencializando sua capacidade para atuar em diferentes contextos, promovendo aprofundamentos em diversas áreas que possam vir a ser do interesse dos adolescentes, oportunizando uma formação permanente crítica e reflexiva, no âmbito da qualidade de vida, no esporte, na recreação e no lazer (NUNES; VOTRE; SANTOS, 2012).

Como visto, o profissional da área da Educação Física é responsável por planejar, supervisionar e coordenar programas de atividades físicas, esportivas e recreativas e também, práticas de atividades físicas que visam à promoção de saúde. Este profissional também está capacitado para atuar em diversas organizações sociais que se referem à educação não-formal, podendo ser elas públicas ou particulares, se desenvolvendo como exemplo, em programas de atividades físicas e lazer, clubes recreativos e esportivos, associações classistas desportivas e no desporto comunitário; programas de terceira idade e de educação física adaptada, entre outros, proporcionando por meio das atividades físico-esportivas o ensino-aprendizagem (LIMA, 2012).

Mas, para que ocorra de forma adequada e eficiente o ensino-aprendizagem que são repassados por esses profissionais, a interação e o diálogo entre adolescente e professor se tornam importantes instrumentos na formação de ambas as partes. Assim, conforme Freire (2005 apud LOPES, 2011), o diálogo é uma exigência existencial, que busca por meio da solidariedade, o refletir e o agir das pessoas de forma a transformar o mundo, não ficando apenas em troca de informações, mas, troca de informações e experiências que possam ser utilizadas pelos mesmos.

O professor que utiliza do diálogo e o compreende como método de ensino, conquista seus adolescentes, de forma a ser considerado por eles como um mediador “capaz de articular as experiências dos participantes com o mundo, levando-os a refletir sobre seu entorno, assumindo um papel mais humanizador em sua prática” (LOPES, 2011, p. 05).

A fase da adolescência é marcada por inúmeros fatores como: fortes exigências, novas experiências e constantes preocupações. Diante destas constantes alterações físicas e emocionais, iniciam-se os confrontos com quem estiver ao seu redor, preservando de ensinamentos que o possibilitariam se enxergar neste processo de transformação. É dessa forma, que a mediação do professor é crucial, no qual, é seu dever orientar os adolescentes para que desenvolvam a expressividade, a emoção, a personalidade e o pensamento criativo (LOPES, 2011).

Dessa forma, a afetividade entre professor e o adolescente exerce papel fundamental no processo de aprendizagem e de desenvolvimento do ser humano por meio da educação, sendo que, a afetividade é um processo construído por meio de vivências onde passa a ser papel do professor despertar potencialidades existentes nos adolescentes. Desta maneira, consideramos que quando existe uma boa relação entre professor e participante, com respeito mútuo, com amizade e solidariedade entre ambas as partes, se tornam mais prazerosas as participações nas oficinas que são desenvolvidas, proporcionando motivos para busca de novos conhecimentos facilitando sua aprendizagem (CONCEIÇÃO; et al, 2005).

O professor à base do relacionamento afetivo entre ele e o adolescente, e para que se torne concreto este relacionamento, existe uma necessidade de vínculos e atitudes como o modo de falar, de se portar, em saber ouvir e compreender as necessidades deste adolescente. Também se faz necessário ser mediador e sensível, buscando sempre o bem e o sucesso do adolescente,

ensinando com amor, carinho, alegria e prazer, mas principalmente com compromisso e responsabilidade. O professor que se porta desta forma consegue gerar um trabalho construtivo conseguindo uma reciprocidade dos seus adolescentes (LOPES, 2011).

O professor deve influenciar de forma positiva, realçando pontos fortes do seu caráter que despertam no aluno o desejo de aprender, de querer adquirir valores e virtudes, transformando se em um cidadão crítico (SIQUEIRA, *et al*, 2011, p. 09).

Portanto, o educador, professor ou profissional, conforme chamado nestes espaços de educação não-formal, estando ciente das particularidades de seu público saberá lidar melhor frente às dificuldades apresentadas nestes espaços, planejando e adaptando as atividades para um ensino de qualidade, já que, seu trabalho consiste em oportunizar o trabalho em grupo e integração social por meio de atividades que auxiliem na preparação dos adolescentes a uma postura de liderança, autonomia e socialização, os preparando inclusive, para o âmbito profissional, que poderá oportunizar uma qualidade de vida melhor (WELLER, 2015).

Por fim, pudemos verificar que o Centro da Juventude possui o profissional da área da Educação Física, onde, pouco mais da metade dos adolescentes entrevistados dizem gostar deles e estarem satisfeitos com o número em que se apresentam neste espaço, porém, alguns dos participantes apontam a ampliação do número de profissionais, podendo haver oportunidades de atividades diferenciadas. Os adolescentes apontam ainda que, estes profissionais compartilham vários ensinamentos, mas também deixam em alguns momentos os participantes brincar sozinhos.

6.4 SATISFAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS ATIVIDADES OFERTADAS PELO CEJU

Quando falamos em satisfação ligamos diretamente esta palavra ao prazer em realizar determinadas tarefas ou atividades que podem proporcionar benefícios pessoais. Conforme Anelo e Souza (2012), quando um participante demonstra satisfação em realizar determinadas atividades e efetiva uma busca ativa na realização das mesmas, pode-se notar o interesse por novos conhecimentos, novas descobertas e desafios, aumentando assim, a construção de conhecimentos já

adquiridos e elevando níveis de aprendizagem do praticante ao meio que se está inserido.

Não podemos deixar de lado que, muitas vezes o motivo ligado à insatisfação em participar de determinadas atividades pode estar relacionada a questões de carência de materiais e espaços condizentes as práticas desenvolvidas, como também, a falta de profissionais que possibilitem um ensino de qualidade (WELLER, 2015).

Dessa forma, os adolescentes foram questionados sobre a satisfação nas atividades físico-esportivas que são desenvolvidas no Centro da Juventude, conforme mostrado no quadro abaixo:

Quadro 5 - Satisfação com atividades físico-esportivas do CEJU.

| Você está satisfeito? | Nome dos adolescentes conforme sua satisfação |
|------------------------------|--|
| Sim | Talita, Lúcio, Marcos, Breno, Wellington, Roberto, Fabíola, Daniela, Fabiana, Luiz, Pedro, José. |
| Não ou parcialmente | Hugo, Tatiana, Ítalo. |

Fonte: A autora (2017).

Nesta questão, 12 dos 15 adolescentes entrevistados estão satisfeitos com as atividades físico-esportivas ofertadas pelo CEJU, os adolescentes que não estão satisfeitos ou estão parcialmente satisfeitos são decorrentes á falta de incentivo nas práticas esportivas e de ausência de um esporte de sua preferência:

“Deveria entrar o Handebol também, Handebol é bom” (Ítalo).

“Ah, eles deveriam influenciar mais os alunos a jogar, a praticar mais os esporte né, no vôlei, basquete...” (Tatiana).

“Quase todas sim. Porque algumas eles só dão a bola e deixam os outros brincar”(Hugo).

Como visto, os entrevistados entram em contradições quando nos referimos às suas satisfações com as atividades, pois, muitos dos que falaram estar satisfeitos apontaram alguns problemas referentes aos materiais, espaços, professores e a questão de gostarem de outras atividades que gostariam que fossem inclusas no CEJU. Tozetto; Romaniw e Marais (2011) relatam estes mesmos problemas encontrados neste campo de ensino, e, ainda citam outros fatores que podem trazer

a insatisfação dos seus participantes, como: a forma de gestão adotada e a mudança de postura de alguns profissionais relacionados à cultura local (TOZETTO; ROMANIW; MORAIS, 2011).

Novamente se torna evidente com a fala de Tatiana, que existe falta de incentivo dos professores em promover e buscar a participação dos adolescentes nas oficinas que são desenvolvidas no CEJU, sendo que, esta responsabilidade cabe ao profissional e a equipe que atua neste espaço de ensino (MORAES; VARELA, 2007).

Da mesma maneira, os entrevistados foram questionados se gostariam que o Centro da Juventude ofertasse outros tipos de atividades. 05 adolescentes destacaram algumas atividades que gostariam que voltassem ou que fossem incluídas juntamente as demais atividades ofertadas pelo CEJU:

“MuayThai, Boxe, esqueci o nome da outra... Jiu-Jítsu. Eu tenho um amigo que pratica” (Talita).

“Ai, eu queria que voltasse a natação, por que tiraram. E... O MuayThai eu também, fazia ano passado no outro colégio que eu estudava” (Hugo).

“Ah o Hip Hop, eu queria que tivesse. Só” (Lúcio).

“Sim, Handebol seria bom, porque a maioria gosta aqui” (Fabíola).

“... Bets. Aqui tem, mas de vez em quando...” (Pedro).

Os demais adolescentes não citaram nenhuma atividade diferenciada que gostariam de participar, conforme a participante Daniela as atividades ofertadas estão dentro do contexto do Centro da Juventude:

“Acho que não. Acho que está tudo no contexto mesmo, tudo certinho”.

Como o modelo de gestão adotada pelo Centro da Juventude é norteado em princípios democráticos onde os indivíduos participantes podem expressar e manifestar suas opiniões sobre o projeto pedagógico que é desenvolvido nele, a inclusão dos adolescentes nesta proposta, especificamente na escolha das oficinas que são disponibilizadas, serviria para valorizar o interesse destes adolescentes na participação e na fixação nas atividades que se propõem a realizar (PARANÁ, 2009).

Em relação á ampliação das atividades que são ofertadas no CEJU, a demanda por materiais e espaços para a realização das oficinas seria ainda maior, pois, algumas oficinas que são desenvolvidas no CEJU já apresentam alguns

problemas relacionados às estas questões. Dessa forma, com o aumento no número de oficinas, aumentaria também a necessidade de espaços condizentes para as novas práticas, com materiais adequados e contratação de novos profissionais aptos para trabalhar especificadamente na modalidade adotada.

Todavia, conforme Weller (2015) existe a possibilidade de adaptar certas atividades quando existir falta de materiais ou espaços, mas ainda se faz necessário que o professor tenha conhecimentos prévios sobre tais assuntos, de forma a ofertar uma aula que corresponda à expectativa do participante.

Por fim, podemos concluir que a maioria dos adolescentes se mostram satisfeitos com as atividades que são ofertadas pelo Centro da Juventude, porém, foi possível notar o desejo em participar de determinadas práticas que conheceram em outros lugares e que gostariam que fossem incluídas e ofertadas pelo CEJU de forma a potencializar o desenvolvimento pessoal dos participantes e também, realçando as demais atividades que já são desenvolvidas pelo CEJU.

6.5 CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS E NOVAS EXPERIÊNCIAS DE APRENDIZAGEM PROPORCIONADAS PELO CEJU

Estando face á um mundo globalizado onde as exigências dos indivíduos que estão nele inseridos são grandes, a aprendizagem se torna um fator essencial na vida do ser humano. No contexto de educação não-formal, a aprendizagem não se trata apenas de aprender, mas se trata de um processo de preparação e de formação humana que não se limita de acordo com a maneira que é recebida, mas sim, da maneira com que é reelaborada e compreendida conforme às questões educacionais e culturais de cada indivíduo (GOHN, 2014).

Um dos pontos básicos da educação não-formal que pode ser a chave para uma aprendizagem de qualidade se dá por meio da prática social. Esta prática inclui experiências em grupos, vivência de situações que são trabalhadas em coletivos buscando solucioná-las, produzindo e absorvendo conhecimentos que partem da cultura de cada indivíduo, sendo por meio destas experiências em grupos, que o aprendizado individual se concretiza de forma mais rápida e prática (GOHN, 1999).

Dessa forma, qualquer atividade realizada na educação não-formal sempre terá caráter coletivo, pois: “passa por um processo de ação grupal, é vivida como

práxis concreta de um grupo, ainda que o resultado do que se aprende seja absorvido individualmente” (GOHN, 1999, p. 104).

Conforme Gohn (2014), a aprendizagem na educação não-formal é formada pelos saberes que geramos ao longo da vida, sendo compostos de acertos, de produções de novos conhecimentos, mas também de confrontações, erros e dúvidas, onde os mesmos são valorizados, transmitidos e compreendidos como uma nova forma de aprendizagem.

Portanto, na educação não-formal a construção de conhecimentos e de novas experiências se dá por meio da convivência e da participação social, cultural e política, havendo sempre uma intencionalidade, que, neste caso, contribui na construção do saber na medida em que o indivíduo atua como cidadão (GOHN, 2014).

Neste sentido, buscamos identificar os ensinamentos que são repassados pelos profissionais que desenvolvem as atividades físico-esportivas no Centro da Juventude, assim, apresentamos as respostas dos participantes conforme o quadro abaixo:

Quadro 6 - Aprendizado referente às atividades.

| Atividades | Aprendizado |
|-------------------|---|
| Vôlei | Toque, manchete, passe, rodízio, regras e fundamentos. |
| Futsal | Condução, passe, chute ao gol, posições, dimensões da área, regras e fundamentos. |
| Natação | Realizar os nados, bater pernas, fazer a respiração. |

Fonte: A autora (2017).

Em relação às atividades, podemos notar que o aprendizado está mais relacionado às regras e fundamentos, mas também identificamos que muitos dos fundamentos não foram citados pelos adolescentes, como no vôlei em que o saque, o levantamento, o ataque, o bloqueio e a defesa não foram citados. No caso do Futsal, a recepção, o domínio, o cabeceio, o drible e finta também não foram citados, e na Natação não citaram os nomes dos nados, como o Crawl ou livre, borboleta, peito ou nado de costas. Mesmo assim, os adolescentes afirmam que os professores ensinam tudo ao que está relacionado aos fundamentos destes esportes:

“Por exemplo, já participei mesmo lá fora, na questão do vôlei, o João mesmo dá todos os passos certinhos, explica tudo bonitinho e a gente pega” (Daniela).

Além de regras e fundamentos que os participantes dizem aprender ao participarem das atividades, também aprendem a ser mais habilidosos e a fazerem amizades:

“Aprende a ter mais habilidade” (Luiz).

“Aprende um monte de coisa e faz amizade também” (José).

Com vista nas respostas dos participantes, podemos notar que as atividades que estão sendo desenvolvidas norteiam aspectos técnicos, sendo que, os objetivos que compõem o Centro da Juventude estão voltados para além desses aspectos, tais como: na formação do caráter do indivíduo para o exercício da cidadania, por meio da participação, cooperação, responsabilidade e inclusão através do desenvolvimento esportivo (TUBINO, 2006).

Porém, não basta ter objetivos pré-estabelecidos e não pô-los em prática. Existe uma necessidade de tornar consciente que todas as atividades desenvolvidas são elaboradas objetivamente, buscando ter um resultado significativo, havendo todo um contexto de ensino-aprendizagem por trás delas, como podemos citar as dimensões do conhecimento conforme os quatro pilares da educação, que são fundamentados em Aprender a conhecer; Aprender a fazer; Aprender a viver; e por fim, Aprender a ser.

O Aprender a conhecer tem como fundamento compreender e descobrir tudo aquilo que se propõe a fazer, levando consigo este conhecimento para toda a vida. O Aprender a fazer, está relacionado diretamente com o Aprender a conhecer, pois o indivíduo aprende e posteriormente põe em prática os seus conhecimentos. Este tipo de conhecimento também está ligado á qualificação profissional, tornando o indivíduo apto para trabalhar em situações grupais. O Aprender a viver, está relacionada na convivência com respeito mútuo, compreensão, aceitando diferenças existentes entre o grupo em que se encontra. Por último, o Aprender a ser, no qual, o indivíduo concretiza sua personalidade, estando capacitado por meio dos conhecimentos e vivências adquiridas, para agir em meio a quaisquer circunstâncias da vida (UNESCO, 2010).

Assim, conforme a UNESCO (2010), podemos compreender que os quatro pilares da educação fazem parte da formação do indivíduo, fomentando a construção de conhecimentos e de novas experiências que servirão de utilidade para o resto da vida. Desta forma, seria necessário que os profissionais atuantes nos espaços de educação não-formal enfatizem em seus ensinamentos a importância existente em Aprender a conhecer, Aprender a fazer, Aprender a viver e Aprender a ser, a fim de evitar limites durante o processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, podemos concluir que, dentre os ensinamentos compartilhados na maioria das vezes pelos profissionais da área da Educação Física que atuam no Centro da Juventude, ficam restritos às regras e fundamentos, tornando-se evidente a limitação em fundamentos básicos das modalidades físico-esportivas que são ofertadas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a percepção dos adolescentes sobre as atividades físico-esportivas que são desenvolvidas no Centro da Juventude, bem como a motivação que levam os adolescentes a participar destas atividades, suas preferências, suas expectativas, satisfações, e se, existe a necessidade de ampliar ou de incluir novas atividades. Também fez parte deste estudo, verificar a percepção dos adolescentes sobre os espaços físicos, materiais e profissionais da área da Educação Física que atuam nestes espaços, assim, verificando os ensinamentos que lhes são transmitidos referente às atividades físico-esportivas.

Por meio dos resultados obtidos, concluímos que, apenas cinco dos participantes entrevistados demonstram motivação na realização das atividades que lhes são ofertadas, estando esta motivação relacionada a gostarem de praticá-las ou buscarem maior conhecimento sobre elas. Em relação à preferência nas atividades físico-esportivas, houve uma grande diversidade de práticas (modalidades), e de forma geral, as atividades mais procuradas pelos participantes foram modalidades esportivas de natação, tênis de mesa, vôlei e futebol, e atividades de formação pessoal e de cidadania como o Projeto Agente Cidadania e informática. Quanto aos espaços físicos e materiais, foi apontado que os espaços para oficinas limpos e bem cuidados, porém, existe a necessidade de mais materiais ou de conserto dos mesmos, para realização das oficinas que são ofertadas.

Relacionado ao profissional de Educação Física, pouco mais da metade dos entrevistados dizem gostar deles e estarem satisfeitos com o número destes profissionais que atuam neste espaço, os demais gostariam que aumentasse esse número. Os participantes também apontam que, estes profissionais repassam vários ensinamentos, mas também, deixam em alguns momentos seus participantes brincar sozinhos. Em questão da satisfação das atividades físico-esportivas, a maioria dos entrevistados aponta satisfação, porém, indicam atividades novas e atividades que pararam de ser desenvolvidas que gostariam que fosse retomada. Referente ao aprendizado repassado pelos profissionais na realização das atividades, os participantes apontaram como foco os fundamentos e regras, porém, tornou-se evidente a limitação em fundamentos básicos das modalidades físico-esportivas.

Conforme as respostas dos participantes também notamos que no desenvolver das atividades, muitas vezes, os princípios que norteiam o Centro da Juventude deixam de ser lembrados, tratando apenas a participação como finalidade da atividade proposta, sendo que, de forma geral, a finalidade destes programas que trabalham com educação não-formal, é tornar o conhecimento cada vez mais acessível em diversos espaços, buscando promover oportunidades por meio de atividades educativas que, além de tirar os adolescentes das ruas e ocupá-los, visando o desenvolvimento de suas potencialidades e auxiliando na formação de cidadãos críticos e autônomos, os capacita pessoalmente e socialmente para enfrentarem as diversas circunstâncias da vida (RAMOS, 2014).

De certa forma, a falta de proximidade e de convivência com os participantes pode ter tornado as respostas mais superficiais, nos privando de algumas informações importantes.

Enfim, para melhor aprofundamento desta pesquisa, uma sugestão seria a continuação do estudo sobre tais questões, ou, a elaboração de um estudo onde seria investigado se os profissionais da área da Educação Física que se encontram atuando nestes espaços de educação não-formal condizem respectivamente à sua área de formação específica. Outra questão importante seria investigar se existe a possibilidade de ampliação ou de inclusão de novas atividades dentre as que são ofertadas pelo Centro da Juventude, já que os adolescentes participantes demonstraram interesses em atividades que não fazem parte deste contexto.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. et all. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios parapolíticas públicas**. Brasília: UNESCO/ BID, 2002.

ABRAMOVAY, M.; PINHEIRO, L. C. “Violência e Vulnerabilidade Social”. In: FRAERMAN, Alicia (Ed.). **Inclusión Social y Desarrollo: Presente y futuro de La Comunidad Ibero Americana**. Madri: Comunica. 2003.

ALMEIDA, A. C. D. **O ensino da Educação Física e o espaço físico em questão**. 2011. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/o-ensino-da-educacao-fisica-e-o-espaco-fisico-em-questao/68292/>. Acesso em: 14 dez. 2016.

ANELO, G. P.; SOUZA, A. M. Aprendizagem no espaço não escolar. **Revista e-Ped – FACOS/CNEC: Osório**. v. 2, n. 1, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENDRATH, E. A. Escola, Educação Não-Formal e a Formação do Profissional de Educação Física. Porta Aberta – **Revista Motrivivência** Ano XXII, n. 35, p. 286-300 dez./2010.

BENDRATH, E. A. Esporte e educação não-formal no contexto do programa abrindo espaços da UNESCO. **Revista Motrivivência** Ano XXIV, n. 38, p. 123-134 jun./2012.

BIANCONI, M. L.; CARUSO, F. Educação não-formal. **Ciência e Cultura**. São Paulo: SBPC, v. 57, n. 4, p. 20, out./dez. 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252005000400013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 ago. 2016.

BOTELHO, I; ALTHUON, M; LANDI, M. **A experiência do Centro Cultural da Juventude Ruth Cardoso (CCJ) e sua inserção na economia criativa**. Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: www.casaruibarbosa.gov.br. Acesso em: 02 set. 2016.

BORUCHOVITCH, E.; BZUNECK, J. A. (orgs.). **A motivação do aluno: contribuições da psicologia contemporânea**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRASIL. **Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19608.htm. Acesso em: 16 set. 2016.

_____. Comitê Nacional de Educação e Direitos Humanos. Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, **Ministério da Educação**, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS/2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS – Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília. DF. 2005. Disponível em: <http://edesp.sp.gov.br/edesp2014/wp-content/uploads/2014/06/Politica-Nacional-de-Assistencia-Social-PNAS-2004.pdf>. Acesso em: 06 set. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Nota Técnica N° 003/2010 - Cgoc/Desup/Sesu/MEC**. Esclarecimentos acerca de cursos de Educação Física nos graus Bacharelado e Licenciatura. Disponível em: <http://www.confef.org.br/extra/conteudo/default.asp?id=491>. Acesso em: 06 set. 2016.

CALLEJA, J. M. R. Os professores deste século. Algumas reflexões. **Revista Institucional da Universidade Tecnológica do Chocó: Investigação, Biodiversidade e Desenvolvimento**; 2008. v. 27, n. 1, p. 109-117, 2008. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2705047>. Acesso em: 14 set. 2016.

CARVALHO, D. G. Educação Física e movimentos sociais: uma relação possível? In: **Revista Motrivivência**. Santa Catarina, ano XI, n.14, p. 147-156, Maio 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/5172>. Acesso em: 18 out. 2016.

CERVO, A. L; BERVIAN, P. A; DA SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

CONCEIÇÃO, D. L. et al. **Relação professor x aluno: “no contexto afetivo**. Brasília, 2005.

CONFED. **Lei nº 9696/98**. Dispõe sobre a Intervenção do Profissional de Educação Física e respectivas competências e define os seus campos de atuação profissional. Conselho Federal de Educação Física. 2001. Disponível em: http://www.confef.org.br/extra/resolucoes/conteudo.asp?cd_resol=82. Acesso em: 18 set. 2016.

CUNHA. B. Z. **A inclusão da criança em projetos sociais de educação pelo esporte**. Florianópolis, 2007. Disponível em:

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/123456789/39/monografia%20beatriz%20cunha.pdf;sequence=3>. Acesso em: 06 set. 2016.

DIGIÁCOMO, M. J; DIGIÁCOMO, I. A. **ECA - Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado**. Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente. 6. ed. Curitiba, 2013.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. 1.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo : Atlas,2008.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não-Formal e Cultura Política**. Coleção Questões da Nossa Época, v. 71. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Educação Não-Formal e Cultura Política**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Educação Não-Formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas na escola. **Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais**. Rio de Janeiro, v.14, n.50, jan/mar. p.27-38, 2006.

_____.Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social. **Meta: Avaliação**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan./abr. 2009.

_____. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. **Investigar em Educação**, II^a Série, n. 1, 2014.

IPARDES. **Programa Centros da Juventude: sumário executivo/Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. -Curitiba: IPARDES, 2011.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LDBEN. **Lei 9394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 9, ed. Brasília, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 14 set. 2016.

LIMA, P. G.; DIAS, I. C. G. Educação não-formal: um intertexto sobre sua caracterização. **Revista de Ciências da Educação**. Unisal. Ano X, n. 19. p. 141-175 – 2^o semestre/2008.

LIMA, F. **Documento de Intervenção Profissional em Educação Física**. Portal da Educação Física. 2012. Disponível em: <http://www.educacaofisica.com.br/carreiras2/sistema-confef-cref2/intervencao-profissional-educacao-fisica/>. Acesso em: 15 dez. 2016.

LIMA, F. **O Profissional de Educação Física e sua missão**. Portal da Educação Física, 2005. Disponível em: <http://www.educacaofisica.com.br/carreiras2/o-profissional-de-educacao-fisica-e-sua-missao/>. Acesso em: 15 dez. 2016.

LOPES, R. C. S. **A relação professor aluno e o processo ensino aprendizagem**. 2011. Disponível em: http://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/40818831/25e_professor.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAJ56TQJRTWSMTNPEA&Expires=1482015797&Signature=fKF4kQSxExwqIVSUP3nplzCNg6o%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3D25e_professor.pdf. Acesso em 14 dez. 2016.

MATOS, M. C. **A Organização Espacial Escolar e Sua Influência nas Aulas de Educação Física**. 2005. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/a-organizacao-espacial-escolar-sua-influencia-nas-aulas-educacao-fisica>. Acesso em: 08 out. 2016.

MORAES, C. R.; VARELA, S. Motivação do aluno durante o processo de ensino-aprendizagem. **Revista Eletrônica de Educação**. Ano I, No. 01, ago. / dez. 2007.

MONTEVECHI, Wilson Roberto Aparecido. **Educação não-formal no Brasil: 1500-1808**. Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2005.

NUNES, M. P.; VOTRE, S. J.; SANTOS, W. O profissional em educação física no Brasil: Desafios e perspectivas no mundo do trabalho. **Motriz**, Rio Claro, v.18 n.2, p.280-290, abr./jun. 2012.

PARANÁ. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Decreto presidencial de 19 de outubro de 2004. Presidente da República da República Federativa do Brasil. 2004.

_____. Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Secretaria de Estado da criança e da Juventude. **DELIBERAÇÃO Nº 004/2009**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2009.

_____. **Bolsa Agente Cidadania nos Centros da Juventude**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2013.

_____. **O Centro da Juventude e a Política de Garantia de Direitos à Criança e ao Adolescente**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2014.

PENSO, M. A. **Dinâmicas familiares e construções identitárias de adolescentes envolvidos em atos infracionais e com drogas**. 2003. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

PEREIRA, S. E. F. N. **Crianças e adolescentes em contexto de vulnerabilidade social: Articulação de redes em situação de abandono ou afastamento do convívio familiar**. 2010. Disponível em: <http://www.aconchegodf.org.br/biblioteca/artigos/artigo01.pdf>. Acesso em: 11 set. 2016.

POLLES, M. C.; BARBOSA, C. C. L. Motivação de adolescentes de 10 a 18 anos em participar de projetos que envolvam prática de atividades físicas. **Diálogos & Saberes, Mandaguari**, v. 8, n. 1, p. 247-265, 2012.

RAMOS, M. F. **Educação não formal: pedagogia social transformadora e motivadora**. 2014. Disponível em: <http://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/%20educacao-nao-formal.htm>. Acesso em: 13 dez. 2016.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

SANICOLA, L. **As dinâmicas de rede e o trabalho social**. São Paulo: Veras Editora, 2008.

SANTOS, E. D. O. D.; SASSON, S. K. H. **Oficinas de socialização do Estatuto da Criança e do Adolescente: uma experiência de educação não-Formal no processo de garantia de direitos**. UNIOESTE - Cascavel. 2008. Disponível em: <http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/2/Artigo%2011.pdf>. Acesso em: 06 set. 2016.

SILVA, A. L. F.; PERRUDE, M. R. Atuação do pedagogo em espaços não-formais: Algumas reflexões. **Revista eletrônica PRO-DOCÊNCIA/UUEL**. 4 ed. Vol. 1, jul-dez. 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/>. Acesso em: 15 Dez, 2016.

SIQUEIRA, A. M. O.; NETO, D. S.; FLORÊNCIA, R. **A Importância da Afetividade da Aprendizagem dos Alunos**, Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil. 2011. Disponível em: <http://www.faceten.edu.br/Importancia%20da%20afetividade%20na%20aprendizagem.pdf>. Acesso em: 14 dez, 2016.

SUDBRACK, M. F. O. **Construindo redes sociais: metodologia de prevenção à drogadição e à marginalização de adolescentes de famílias de baixa renda**. **Coletâneas da ANPEPP**, 1996.

TARDIN, A. P. et al. O conceito de motivação na teoria das relações humanas. Maringá Management: **Revista de Ciências Empresariais**, v. 2, n.1, p. 40-47, jan./jun. 2005.

TOZETTO, S. S.; ROMANIW, G. MORAIS, J. O trabalho do pedagogo nos espaços educativos não formais. **Revista Ciências da educação**. 2011. Disponível em: <http://revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/article/viewFile/112/177>. Acesso em: 15 Dez, 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUBINO, M. J. G.; GARRIDO, F.; TUBINO, F. **Dicionário enciclopédico Tubino do esporte**. Rio de Janeiro: SENAC, 2006.

TUBINO, M. J. G. **O que é esporte**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

TUBINO, M. J. G. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação**. Maringá: Eduem, 2010.

UNESCO. **Abrindo espaços: guia passo a passo para a implantação do Programa Abrindo Espaços: educação e cultura para a paz**. – Brasília: UNESCO, Fundação Vale, 2008.

UNESCO. **Educação um tesouro a descobrir** – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília, julho de 2010.

WELLER, M. J. **Esporte e educação não-formal: as atividades esportivas como fator de inclusão social para jovens em situação de risco**. 2015. Disponível em: <http://docplayer.com.br/7371876-Esporte-e-educacao-nao-formal-as-atividades-esportivas-como-fator-de-inclusao-social-para-jovens-em-situacao-de-risco.html>. Acesso em: 13 dez. 2016.

ANEXOS

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DO CENTRO DA JUVENTUDE DE IVAIPORÃ,
PARANÁ.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CAMPUS REGIONAL DO VALE DO IVAÍ
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA



AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

Prezada Senhora

Regina Maria Alves Anacleto
Centro da Juventude de Ivaiporã

Vimos por meio desta, solicitar a V.S.^a Autorização para a realização da pesquisa intitulada: **A PERCEPÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOBRE AS ATIVIDADES FÍSICO-ESPORTIVA PROPORCIONADAS PELO CENTRO DA JUVENTUDE DO BAIRRO VILA NOVA PORÃ, IVAIPORÃ, PR**, desenvolvida pelo acadêmico Grazielly Couto Surmas, matriculado no 3º ano do curso de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Campus Regional do Vale do Ivaí, orientada pela Prof.Ms. Andréia Paula Basei. A pesquisa será realizada no Centro da Juventude, localizada na rua Dorvalina Dias de Jesus, no bairro Vila Nova Porã, no município de Ivaiporã, Paraná.

O objetivo da pesquisa é analisar a percepção das crianças e adolescentes sobre as atividades físico-esportivas proporcionadas pelo Centro da Juventude do Bairro Vila Nova Porã, Ivaiporã, PR.

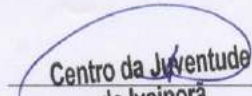
Os procedimentos a serem utilizados para a coleta de dados serão realizados somente após a aprovação do projeto pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisa da UEM, autorização do Núcleo Regional de Educação, da direção da escola e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos participantes do estudo e compreendem: questionário com perguntas fechadas às crianças e adolescentes frequentadoras do Centro da Juventude de Ivaiporã, e, posteriormente, entrevistas por meio de critério de seleção entre os respondentes do questionário sobre as atividades físico-esportivas que são desenvolvidas pelo Centro da Juventude. As entrevistas serão gravadas, transcritas e analisadas. Já os questionários serão compilados, categorizados e analisados.

O sigilo das informações será preservado, nenhum nome, identificação de pessoas, imagens, cargos ou instituições, especificamente, será divulgado por este estudo. Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação serão usados para fins estritamente acadêmico-científicos desta pesquisa e posteriormente serão descartados. Além disso, informamos que este estudo é realizado de acordo com as normas do Comitê Permanente de Ética em Pesquisa da UEM e que eventuais dúvidas podem ser esclarecidas com o pesquisador responsável, Prof. Ms. Andréia Paula Basei, pelos telefones: (43) 3472-5950 e (43) 9600-8798.

Eu, **Regina Maria Alves Anacleto coordenadora do Centro da Juventude de Ivaiporã**, após ter lido todas as informações e esclarecido todas as minhas dúvidas referentes ao estudo, dou ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada: **A PERCEPÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOBRE AS ATIVIDADES FÍSICO-ESPORTIVAS PROPORCIONADAS PELO CENTRO DA**

JUVENTUDE DO BAIRRO VILA NOVA PORÃ, IVAIPORÃ, PR.

Ivaiporã, 04 de outubro de 2016.


Centro da Juventude
de Ivaiporã
Assinatura e carimbo do diretor

ANEXO B – CONVÊNIO PARA A CONSTRUÇÃO DO CENTRO DA JUVENTUDE EM IVAIPORÃ – PARANÁ.



Publicado no D.O.E. nº 8648
De 24/06/2010

SECJ
Central de Convênios
Confere com o Original
Curitiba 22/06/10

Salete
Salete Luiza Busatto
Técnico Administrativo
Central de Convênios - SECJ
R.G. 3.267.739-8

9 8 2

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARANÁ POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DA JUVENTUDE - SECJ, A SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDU, O SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE, E O MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DO PROGRAMA CENTROS DA JUVENTUDE.

CONVÊNIO n.º. 007/10

PROCESSO n.º 10.399.570-1

CONSIDERANDO os altos índices de violência que atingem a população infanto-juvenil;

CONSIDERANDO o princípio da proteção integral, da descentralização e municipalização do atendimento das crianças e adolescentes e o regime de atendimento de apoio sócio-educativo em meio aberto;

CONSIDERANDO que as ações de proteção e de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes devem atender ao princípio da prioridade absoluta e que os adolescentes devem participar na elaboração das políticas e programas a eles destinados;

CONSIDERANDO o estabelecido no "Pacto pela Infância e Juventude", aprovado pelo Decreto n.º 1414/2007.

o Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF n.º 76.416.940/0001-28, por intermédio da Secretaria de Estado da Criança e da Juventude-SECJ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 09.088.839/0001-06, com sede à rua Hermes Fontes, 315, Batel, CEP 80.440-070, Curitiba-Pr neste ato representada pela Titular da Pasta, THELMA ALVES DE OLIVEIRA, portadora da CI 991.812-4, inscrita no CPF sob n.º 402.366.179-15, residente e domiciliada em Curitiba/Pr, doravante denominada SECJ, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano-SEDU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.416.908/0001-42, o PARANACIDADE - Serviço Social Autônomo, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 01.450.804/0001-55, ambos representados neste ato por seu Titular, WILSON BLEY LIPSKI, portador da CI 3.725.429-6, inscrito no CPF/MF sob n.º 694.920.859-68, e de outro lado o o Município de Ivaiporã, neste ato representado pelo Prefeito, CYRO FERNANDES CORRÊA JÚNIOR, portador da CI 4.327.125-3 SSP/PR, inscrito no CPF/MF 727.260.329-15 manifestando concordância a todos os seus termos, com fundamento no contido na Constituição Federal, Constituição do Estado do Paraná, na Lei Estadual n.º 15.608/2007, no Decreto Estadual n.º 897/07 e nas Resoluções n.º 03/2006 e 04/06 do Tribunal de Contas do Estado, celebram o presente CONVÊNIO, autorizado pelo Senhor Governador no processo protocolado sob n.º 10.399.570-1, que se refere pelas seguintes condições:



SECJ
 Central de Convênios
 Confira com o Original
 Curitiba 12/01/11
 [Assinatura]
 Administração
 Convênios - SECJ
 257.739-8



CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objetivo estabelecer as bases gerais de cooperação entre os convenientes na implantação do Programa "Centros da Juventude", por meio da construção de espaço público, aquisição de equipamentos, voltados a realização de atividades que possibilitem a jovens e adolescentes produzir e acessar bens culturais e artísticos, participar de atividades esportivas e tecnológicas, desenvolver e participar de ações que favoreçam sua formação pessoal, profissional e política.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES

I-São atribuições da SECJ:

1. repassar os recursos financeiros destinados à construção do Centro da Juventude ao **MUNICÍPIO**, após medição realizada pelo **PARANACIDADE**;
2. repassar ao Município os recursos destinados à aquisição de equipamentos após a homologação do resultado do Registro de Preços realizado pelo **DEAM**;
3. analisar e aprovar por escrito os projetos executivos fornecidos pelo **PARANACIDADE**;
4. emitir juntamente com o **PARANACIDADE** o parecer de aprovação do terreno indicado pelo Município;
5. elaborar as diretrizes da proposta pedagógica dos Centros da Juventude;
6. fornecer elementos a **SEAP** para realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, pelo Sistema de Registro de Preços, para adquirir os equipamentos a serem instalados nos Centros da Juventude;
7. instituir Grupo de Trabalho com a responsabilidade de orientar e capacitar o Município, bem como acompanhar e supervisionar a execução da proposta pedagógica; apoiar a organização e atividades dos Centros da Juventude, e monitorar e garantir o acesso e a utilização do equipamento pelo público a que se destina;
8. informar ao **PARANACIDADE** a realização do repasse dos recursos ao Município para fins de registro e controle;
9. emitir Termo de Objetivos Atingidos e Termo de Instalação e Funcionamento dos Equipamentos, por intermédio da Equipe Regionalizada/SECJ;

II- São atribuições do **PARANACIDADE**:

1. vistoriar o terreno indicado pelo Município, emitindo parecer de aprovação em conjunto com a SECJ;
2. contratar a sondagem do terreno e o laudo técnico correspondente; o projeto de implantação da obra e os projetos arquitetônico e



Salete Luiza Busatto
 Técnico Administrativo
 Central de Convênios - SECJ
 R.G. 3.257.739-2

SECJ
 Central de Convênios
 Confira com o Original
 Curitiba 12/01/11



3. submeter os projetos executivos à apreciação da SECJ;
4. fornecer elementos à SEAP/DEAM para realização da seleção das empresas para execução das obras mediante procedimento licitatório na modalidade Concorrência, pelo Sistema de Registro de Preços;
5. entregar os projetos ao Município para futura contratação da execução da obra;
6. autorizar a contratação da empresa que vier a ser selecionada pela SEAP mediante procedimento licitatório na modalidade de Concorrência pelo Sistema de Registro de Preços;
7. realizar a medição das obras, entregando relatório de vistoria à Secretariat da Criança e da Juventude, como pré requisito para transferência dos recursos;
8. solicitar à SECJ a transferência dos recursos ao Município após a realização das medições;
9. expedir o termo de recebimento provisório e definitivo da obra em conjunto com o Município.

III- São atribuições do Município:

1. indicar o terreno de sua propriedade que atenda às especificações apresentadas pela SECJ e SEDU/PARANACIDADE para instalação do Centro da Juventude;
2. após a autorização do PARANACIDADE, quanto a Obra e da SECJ, quanto aos equipamentos, contratar as empresas que vierem a ser selecionadas pela SEAP/ DEAM, aceitando expressamente e desde já o resultado que vier a ser obtido no procedimento licitatório, apresentando os respectivos Planos de Aplicação e cronograma de execução da obra;
3. autorizar o início das obras, indicar por escrito ao PARANACIDADE o engenheiro responsável pela fiscalização das obras, inclusive eventuais substituições, medir, pagar, fiscalizar, sob supervisão do PARANACIDADE, visando garantir sua qualidade e durabilidade, conforme as especificações dos projetos;
4. abrir conta específica para receber os recursos necessários ao pagamento das medições e para aquisição dos equipamentos;
5. receber as obras provisória e definitivamente em conjunto com o PARANACIDADE;
6. efetuar o pagamento aos fornecedores no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o repasse dos recursos pela SECJ;
7. assumir todas as despesas de custeio necessárias à manutenção do Centro da Juventude e à execução da proposta político-pedagógica do Programa, garantindo a previsão de recursos orçamentários e financeiros.



Celso Luiz Busatto
 Técnico Administrativo
 Central de Convênios - SECJ
 R.C. 3.257.739-2

SECJ
 Central de Convênios
 Confira com o Original
 Curitiba 12/03/11
 Salvo



8. assumir todas as despesas de pessoal, mantendo a equipe mínima de profissionais para o Programa formado por: 01 (um) Coordenador, com formação em pedagogia, psicologia ou serviço social, (um) psicólogo, 01 (um) assistente social, 01 (um) assistente administrativo, 03 (três) auxiliares de manutenção (limpeza e serviços gerais), 04 (quatro) vigilantes e 08 (oito) educadores - (um por atividade específica);

9. disponibilizar e articular os serviços públicos municipais afim de viabilizar e potencializar a dinamização do Centro da Juventude, tais como transporte, infra-estrutura urbana, programas sociais, educacionais, esportivos ou culturais, e outros;

10. manter em funcionamento e sistematicamente atualizado pelos conselheiros tutelares o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - SIPIA I;

11. prestar informações sobre a execução do Programa, periodicamente e sempre que solicitado, ao gestor da política estadual - a SECJ;

12. incluir na ação local, documentos, relatórios e publicidades institucionais do Município relativos ao Programa, a denominação "Programa Centros da Juventude - SECJ/CEDCA-PR/FIA/ SEDU/PARANACIDADE";

13. criar Unidade Gestora de Transferências - UGT, para atendimento ao previsto no Art. 2º, XXI, a, b, c, d, da Resolução nº 03/2006-TCE/PR;

14. responsabilizar-se por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente instrumento, bem como por todos os litígios de natureza trabalhista e previdenciária decorrentes dos recursos humanos utilizados no projeto pelo CONVENENTE;

15. observar a normatização referente ao Programa emanada pelos Concedentes, bem como participar das capacitações e eventos promovidos pela SECJ que se referirem ao Programa;

16. identificar os equipamentos adquiridos com recursos do convênio, com plaqueta nos seguintes dizeres: SECJ/FIA/CONVÊNIO Nº .007/2010.

17. solicitar a emissão do Termo de Objetivos Atingidos e de Instalação e Funcionamento dos Equipamentos, à Equipe Regionalizada da SECJ, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Os recursos para a execução do objeto deste Convênio, no montante total de R\$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil reais), dos quais R\$ 2.300.000,00 (Dois milhões e trezentos mil reais) destinado à construção do Centro da Juventude e R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) para aquisição de equipamentos, os recursos serão oriundos do Tesouro do Estado, à conta da dotação orçamentária 5502.08243322.294 Fonte 109, Rubrica 44.40.42.00.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os recursos transferidos pelos CONCEDENTES, deverão ser obrigatoriamente depositados em instituições bancárias oficiais (BANCO DO



SEUJ
Central de Convênios
Confere com o Original
Curitiba 12/03/14

13 10
2
Sulete Luiza Busatto
Técnico Administrativo
Central de Convênios - SECJ
R.G. 3.267.739-8



GOVERNO DO
PARANÁ

BRASIL ou CAIXA ECONÔMICA FEDERAL), e enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados financeiramente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os recursos deste **CONVÊNIO** transferidos pelos **CONCEDENTES**, deverão ser mantidos, exclusivamente, em conta bancária específica, somente sendo permitidos saques para pagamento de despesas previstas no Plano de Aplicação, mediante cheque nominativo ao credor, ordem bancária, crédito em conta corrente, ou ainda aplicação no mercado financeiro, sendo que os rendimentos das aplicações devem obrigatoriamente ser aplicados no objeto do presente Convênio.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os recursos necessários à elaboração de estudos e projetos arquitetônico e complementares dos Centros da Juventude serão providenciados pelo **PARANACIDADE**.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS

A transferência dos recursos programados para a execução do objeto do **Convênio**, fica condicionado a apresentação dos documentos exigidos pela Lei Estadual nº 15.608/07, Decreto Estadual 897/07 e a cada repasse das parcelas da transferência voluntária, será exigida a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão Liberatória do TCE-PR ;
- b) Certidão Negativa para Transferência Voluntária, emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado do PR;
- c) Certidão Negativa de Débitos (CND) de Contribuições Previdenciárias emitida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal no Brasil;
- d) Certidão Negativa de Débitos junto às Fazendas Estadual e Federal;
- e) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF) emitido pela Caixa Econômica Federal .

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente instrumento entrará em vigor a partir da data da assinatura e terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado no interesse dos partícipes, nos termos da legislação vigente,

CLÁUSULA SEXTA - DA DENÚNCIA

O presente Convênio poderá ser denunciado unilateralmente ou por mútuo acordo dos convenentes, independentemente da prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quando uma das partes descumprir as obrigações assumidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DESTINAÇÃO DOS BENS

I- Equipamentos:



SECJ
Central de Convênios
Confere com o Original
Curitiba 12/04/11

Salate Luiza Busatto
Técnico Administrativo
Central de Convênios - SECJ
R.G. 3.267.738-8



GOVERNO DO
PARANÁ

Os Equipamentos adquiridos com recursos financeiros transferidos pelos **CONCEDENTES** passarão a incorporar ao patrimônio do **CONVENENTE**, após a emissão do **Termo de Objetivos Atingidos, Termo de Instalação e Funcionamento dos Equipamentos** e a aprovação de contas final do Convênio, desde que assegurada a continuidade do Projeto Centro da Juventude.

II- Obra

A Obra (Construção) resultante do repasse dos recursos dos **CONCEDENTES** deverá ser destinada exclusivamente no atendimento do Centro da Juventude.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Construção do Centro da Juventude, ação constante do Objeto do presente instrumento deverá obrigatoriamente, ostentar placa identificativa e com os seguintes dizeres:

OBRA FINANCIADA COM RECURSOS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ SECJ/SEDU/PARANACIDADE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Sendo o Convênio rescindido por qualquer motivo ou o Projeto ora apoiado deixar de ter o seu curso regular, os bens patrimoniais (equipamentos) e a Construção acima referidos serão redirecionados a programa similar na área da infância e adolescência, indicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - **CMDCA** da sede do **CONVENENTE**, após a aprovação dos **CONCEDENTES**.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DOCUMENTOS COMPROBATORIOS DAS DESPESAS

Os documentos comprobatórios das despesas realizadas deverão ser arquivados pelo **CONVENENTE** em ordem cronológica, em sua sede, onde ficarão à disposição da **SECJ**, e da **SEDU/PARANACIDADE**.

CLÁUSULA NONA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O Município prestará contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no prazo e forma estabelecidos pela Resolução n.º 03/2006 e demais atos normativos do T.C.E. dos recursos recebidos e aplicados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A prestação de contas reunirá todas as parcelas de recursos repassados no exercício financeiro, devendo ser protocolada no Tribunal de Contas até 30 (Trinta) de Abril do exercício subsequente ao do recebimento dos recursos;

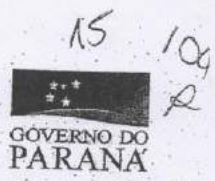
PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando do término de vigência do Convênio, a prestação de contas final deverá ser protocolada no Tribunal de Contas em até 60 (Sessenta) dias do término da vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS

Poderão ser celebrados termos aditivos de comum acordo entre os convenentes para contemplar os casos omissos ou específicos decorrentes da execução do objetivo do presente convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente Convênio, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que



Assim, estando as partes de acordo, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Curitiba, 17 de junho de 2010.

Thelma Alves de Oliveira
Thelma Alves de Oliveira
Secretária de Estado da SECJ

Wilson Bley Lipski
WILSON BLEY LIPSKI
Secretário de Estado da SEDU e
Superintendente de Paranaidade

Cyro Fernandes Corrêa Júnior
CYRO FERNANDES CORRÊA JÚNIOR
Prefeito do Município de Ivaiporã

TESTEMUNHAS
1. *Mesmo*
2. _____

SECJ
Central de Convênios
Confere com o Original
Curitiba 12/03/10
Solito
Sulete Luiza Busatto
Técnico Administrativo
Central de Convênios - SECJ
P.G. 3.257.739-2

ANEXO C - ATA DE NÚMERO 186 SOBRE A LOCALIZAÇÃO DA
CONSTRUÇÃO DO CENTRO DA JUVENTUDE.

CEJU

Ata 186 Aos trinta dias do mês de março de dois mil e dez nas dependências do departamento de Assistência Social reuniram-se para apresentação aos membros do Conselho sobre a localização do Centro da Juventude para o município, o Diretor do Departamento de Assistência Social Faustino Filho fala sobre a área onde será construído o Centro cedida pela Prefeitura Municipal de São João do Rio Preto e também a importância para os jovens dos serviços ofertados. A Conselheira Eunice argumenta sobre a equipe mínima de trabalho, sendo esclarecido que será contratada disponibilizada pela Prefeitura Municipal, argumentando também sobre o profissional para atender os jovens surdos e mudos pensando na inclusão das mães para desenvolver atividades específicas. Em relação ao local de construção do Centro que será situado a Vila Nova Para a Rua Silva Flores esquina Rua Mangueira este Conselho aprova o local escolhido considerando a localização privilegiada do terreno que conta com infra-estrutura estando em local de fácil acesso e que conta com o apoio da população, considerando que a implantação deste Centro trará melhorias e benefícios a toda população não havendo mais nada a ser acrescentado esta reunião foi conduzida por: Maria da Graça Amélia T. Chamen RG 6.777.157-5, Vera L. S. Beltrão RG 4740.330-8, Zéque, Eunice Inácio RG 07182793-52, Wanderlize RG 8.994.072 SP, Alice do Livro Gracielly 3.701.876-7, Wanderlize Rita Lopes RG 185798421, Cecília Faustino Filho - RG 13.805.838-6-SSP/SP.

Ata 187 Aos trinta e um dias do mês de março de dois mil e dez reunião extraordinária do CMPCA com a presença da Assessoria Social Vera do SELJ a qual comenta sobre a construção do Centro da Juventude a mesma ressalta sobre o local de construção segundo o posicionamento técnico dela a demanda do local não é grande e neste local há existe um projeto social que atende a população, apresenta ainda que o município deve apresentar outras propostas, explica que toda manutenção do local é de responsabilidade do município, em seguida a Assessoria Social repassa ao Conselho sobre os repasses do Estado para o município do Consórcio FIA, ressalta que quotas anteriores não

ANEXO D – JORNAL SOBRE A INAUGURAÇÃO DO CENTRO DA JUVENTUDE.

Richa inaugura Centro da Juventude, e afirma que jovens ficarão seguros



Carlos Gil e Belo Richa desceram placa

O governador Belo Richa inaugurou o Centro da Juventude de Ivaiporã, na Vila Nova Porã, a convite do pre-

feito Carlos Gil, na quinta-feira, dia 26 de junho, quando Richa também autorizou a liberação de obras de pavimentação e urbanização de ruas e obras de recape de 5,8 quilômetros de estrada municipal que liga Ivaiporã ao distrito de Jacutinga. A obra está orçada em R\$1 milhão a fundo perdido, repassado pelo Estado – e mais R\$ 50 mil da Prefeitura Municipal.

Belo Richa veio a Ivaiporã acompanhado dos deputados estaduais Ademair Tralano e Alexandre Curi, deputado



Belo Richa elogia estrutura do Centro da Juventude

de Jacutinga, e anunciou a construção de 60 casas, próximas ao Centro da Juventude, com apoio da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar). Segundo Carlos Gil, o município cedeu o terreno. O convênio foi assinado na ocasião.

E, esta semana, inicia a construção de 50 casas próximas ao Projeto Irmao Caçula – declarou o prefeito, que também anunciou a construção de um campo de futebol com quadra de vôlei de areia, playground e academia ao ar livre.

Em seguida, Belo Richa cumprimentou as autoridades e elogiou a estrutura do Centro

da Juventude, que atenderá jovens entre 12 e 18 anos, oferecendo prática de esportes, atividades artísticas e culturais. “Os jovens estarão seguros e serão orientados por professores e técnicos”, disse

Belo Richa, lembrando que a obra foi iniciada no Governo Pessutti e teve continuidade no Governo Richa. O líder do Governo conheceu parte da estrutura do Centro da Juventude, convidou a população para assistir ao desmontamento da placa inaugural, e seguiu para o Terminal Rodoviário, que também foi inaugurado.

Texto/Fotos Lúcia Lima



Governador, deputados, prefeito e vereadores desceram placa



Autoridades registram visita a estrutura interna

Centro da Juventude fortalecerá vínculos familiares



Foto: Lúcia Lima

Richa conhece parte da estrutura do Centro da Juventude

O Centro da Juventude é um espaço destinado ao desenvolvimento integral de adolescentes e jovens, onde serão oferecidos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, formação cidadã, atividades culturais, esportivas e de lazer. A obra custou cerca de R\$2,5 milhões.

A estrutura, que fica na Vila Nova Porã, poderá funcionar em todos os períodos e conta com salas multiuso, quadra poliesportiva, pista de skate, teatro de arena, sala multimídia, biblioteca, laboratório de informática, rádio comunitária e piscina se-

miolímpica – totalizando 3.260,88 m² de construção.

A psicopedagoga Nancy Lery Kuplens, coordenadora do Centro da Juventude de Ivaiporã, disse o espaço vai trazer benefícios e os jovens irão resgatando a cidadania, desenvolvendo habilidades e potencialidades.

Coordenado pela Secretaria da Família e Desenvolvimento Social, o programa Centro da Juventude implanta unidades iguais a de Ivaiporã em 29 municípios dos paranaenses. Foram destinados R\$ 74,9 milhões para a construção das unidades.

ANEXO E – PLANO DE AÇÃO DO CENTRO DA JUVENTUDE.

CENTRO DA JUVENTUDE

Espaço destinado aos adolescentes e jovens, com a realização de atividades esportivas, culturais, de lazer e formação profissional. O espaço funciona em período integral. Os jovens/adolescentes tem acesso a quadra poli esportiva, salas multiuso, pista de skate, teatro de arena, sala multimídia, biblioteca, auditório, radio comunitária, estúdio de gravação e piscina olímpica.

A prioridade de atendimento são jovens de 12 a 18 anos de idade, definidos como adolescentes pelo ECA (art. 2º) e como adolescentes –jovens 15 a 17 anos.

O Centro da Juventude está norteado dentro da Política de Garantia de Direitos à criança e ao adolescente; a Doutrina de Proteção Integral tem como princípios do o interesse da população infante - juvenil e sua condição especial de pessoa em desenvolvimento, expressada pelo art. 227 CF/1988 e art. 4º do ECA, que estabelece como dever “ da família, da sociedade e do Estado assegurar á criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito á vida, á saúde, á alimentação, á educação, ao lazer, á profissionalização, á cultura, á dignidade, ao respeito, á liberdade e a convivência familiar e comunitária, alem de coloca-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade, e opressão”.

CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (censo 2010), o município de Ivaiporã possui 31.816 habitantes, deste número aproximadamente 3.849 encontram-se na faixa etária dos 12 aos 18 anos. Esta população está em um movimento de continuo crescimento, o que requer por parte do Estado e dos municípios uma atenção especial na formulação de políticas públicas que atendam às necessidades e demandas apresentadas por esta população.

Diante desse contexto o Centro da Juventude se caracteriza como um espaço para a juventude viver, conviver e aprender, oportunizando aos adolescentes, jovens e suas famílias um ambiente de participação, de formação e de cidadania, possibilitando um convívio saudável e aumentando as oportunidades de qualificação profissional.

O Centro da Juventude é norteado pela Política de Garantia de Direitos à criança e ao adolescente que abarca os princípios do melhor interesse da população infante - juvenil e sua condição especial de pessoa em desenvolvimento, expressada pelo art. 227 da Constituição Federal de 1988 e pelo artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A juventude é percebida como um tempo propício para a construção de identidades e de definição de projetos de futuro. Em razão disso, de maneira geral, a juventude é a fase da vida mais marcada por ambivalências, na qual o jovem busca sua emancipação e autonomia.

O período da adolescência é vivenciada de forma desigual e diversa em função da origem social, dos níveis de renda, das disparidades socioeconômicas, de preconceitos e discriminações, que se configuram como demarcadores de identidades importantes nesse processo.

Nesse sentido, o Centro da Juventude, destinado à população jovem, com prioridade para 12 e 18 anos, vem com a proposta de oferecer subsídios para que tanto o adolescente quanto sua família possam visualizar a adolescência de maneira diferenciada, podendo se constituir em alternativa para o jovem vulnerável, que vivencia formas frágeis e insuficientes de inclusão pessoal, social, cultural e econômica.

As ações da instituição tem como princípio o "pacto pela Infância e Juventude", tendo como eixos: ambiente familiar fortalecido e protetor; enfrentamento das violências praticadas contra crianças e adolescentes; redução da violência juvenil; combate ao uso de drogas lícitas e ilícitas; convívio social saudável, estimulante, interessante, criativo e produtivo; erradicação do trabalho infantil e ampliação de oportunidades de qualificação e colocação profissional.

A partir desses pressupostos o serviço tem como proposta a emancipação dos sujeitos, tendo como elementos cruciais: obtenção da condição adulta como meta; construção de identidade própria; relação entre gerações; relação entre jovens, como processo de socialização; mudança de paradigma em relação a comunidade onde vive.

A equipe do Centro da Juventude conta com uma coordenadora com formação em pedagogia com carga horária de quarenta horas semanais, que desenvolve a função de:

- Gestão de serviços, acompanhamento e supervisão dos trabalhos desenvolvidos;
- Organização do cronograma de trabalho da equipe técnico-administrativa e equipe auxiliar operacional;
- Coordenar e incentivar a qualificação permanente dos profissionais;
- Zelar pelo sigilo das informações pessoais dos adolescentes, educadores, funcionários e famílias;
- Convocar e presidir reuniões, dando encaminhamento às decisões tomadas coletivamente;

- Organizar registros de acompanhamento dos adolescentes inseridos no centro da juventude;
- Manter o espaço democrático e dialógico tanto com os adolescentes quanto com a equipe de trabalho.

A equipe técnica é composta por uma assistente social com carga horária de quinze horas semanais e uma psicóloga com carga horária de vinte horas semanais. O trabalho técnico consiste em:

- Trabalho psicossocial para resgate, envolvimento e permanência;
- Realizar encontros com as famílias que propiciem reflexões e orientações as necessidades e demandas apresentadas pelos adolescentes;
- Atendimento psicossocial individual ou em grupo;
- Realizar visitas domiciliares para a busca ativa dos adolescentes;
- Orientação e acompanhamento aos educadores, quanto a temáticas pertinentes a vida e cotidiano dos adolescentes;
- Propiciar ao jovem a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, visando o exercício consciente da cidadania;
- Organização e registro das informações dos adolescentes e das respectivas famílias;
- Promover palestras socioeducativas às famílias e aos adolescentes;

A equipe de educadores é formada por dois profissionais com formação em educação física com carga horária semanal de vinte horas cada um, estagiários de ensino superior, além de instrutores que são contratados por meio de convênio. O trabalho dos educadores consiste em:

- Realizar atividades de cunho esportivo, cultural e profissionalizante;
- Registrar e realizar o acompanhamento da frequência dos adolescentes nas atividades;
- Viabilizar a igualdade de condições para permanência do adolescente no Centro da Juventude, respeitando a diversidade, a pluralidade cultural e as peculiaridades de cada aluno no processo de ensino-aprendizagem;
- Participar de processos coletivos de avaliação do próprio trabalho do CEJU com vistas ao melhor desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem;
- Manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com aluno, com pais e com os demais segmentos da comunidade do centro da juventude.

A instituição conta com duas funcionárias de auxiliar de manutenção, cuja função é:

- Atuar na limpeza, organização e preservação do Centro e seus utensílios e instalações;
- Zelar pelo sigilo de informações pessoais dos adolescentes, educadores, funcionários e famílias;
- Manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com os adolescentes, pais e com os demais segmentos da comunidade;

Há também um funcionário atuando na área de auxiliar de manutenção com a função de fiscal de pátio que consiste em:

- Zelar pela segurança individual e coletiva, orientando os alunos sobre as normas disciplinares para manter a ordem e prevenir acidente no estabelecimento;
- Comunicar imediatamente a coordenação situação que evidenciem riscos à segurança dos adolescentes;
- Zelar pela preservação do ambiente físico, instalações, equipamentos e materiais didático-pedagógicos;
- Atender e identificar visitantes, prestando informações e orientações quanto a estrutura física e setores do estabelecimento;

Para garantir a segurança da instituição, o Centro conta com dois vigilantes no período noturno que possuem a função de:

- Zelar pelo ambiente físico do Centro da Juventude e de suas instalações;
- Percorrer as diversas dependências do estabelecimento, observando situações irregulares;
- Zelar pela conservação do patrimônio, comunicando qualquer irregularidade à coordenação;

METODOLOGIA DE TRABALHO

O Centro da Juventude oferece estrutura para a realização de atividades esportivas, culturais, reflexivas de lazer, além de ações que favoreçam a formação pessoal, profissional e política. O período de funcionamento será das 13:00 às 21:00 horas. Os jovens terão acesso a quadra poli esportiva, campo, salas multiuso, pista de skate, teatro de arena, sala multimídia, biblioteca, auditório, rádio comunitária, estúdio de gravação e piscina olímpica.

A prática dos educadores

O trabalho dos educadores consiste em proporcionar atividades de esporte, cultura, profissionalização, lazer e integração. Além disso terão a função de observar o envolvimento de cada adolescente nas atividades realizadas, considerando a autonomia, a socialização e a frequência.

Também é através do trabalho dos educadores que os adolescentes serão preparados para uma postura de liderança e iniciativa em seu cotidiano. O aprendizado humano e técnico fornecido pelas atividades existentes no Centro da Juventude deverá proporcionar ao adolescente uma qualidade de vida melhor, inclusive no âmbito profissional.

Assim, os educadores são os primeiros a incentivarem a cidadania, a convivência e a formação, de modo que estes três pilares devem nortear toda e qualquer atividade realizada no Centro da Juventude. Assim, estes profissionais exercerão papel mediador entre o adolescente e os profissionais de psicologia e serviço social, pois terão contato direto e contínuo com todos os participantes do Centro da Juventude.

Equipe Técnica

A proposta de intervenção da equipe técnica, assistente social e psicóloga, é baseada no diálogo e reflexão, de modo a abordar temas e discussões a partir da realidade e da necessidade apresentada pelos adolescentes.

O atendimento individual tanto com os adolescentes inscritos no Centro da Juventude como com seus familiares, faz parte da prática do Assistente Social e do Psicólogo. Essa acontecerá sempre que necessário, tanto dentro do espaço do Centro como fora dele (através de visitas domiciliares). Tal momento é importante visto que possibilita o conhecimento de situações pessoais e específicas de cada indivíduo ou de sua família e que podem colaborar para o bom desenvolvimento, a prevenção de situações de risco, assim como possibilitar a realização de encaminhamentos para outros serviços da rede de atendimento e outras Políticas Públicas, buscando a efetivação plena de direitos.

Além do atendimento individual a equipe técnica atuará em ações coletivas com os adolescentes e suas famílias. Serão realizados encontros com os jovens de acordo com a demanda apresentada e a realidade observada. Nestes encontros coletivos poderão ser trabalhados assuntos como cidadania, conscientizações, orientação sexual, orientação profissional e desenvolvimento de projeto de vida. Além disso, serão elaboradas mobilizações e projetos de intervenções onde os próprios adolescentes serão os protagonistas, com o objetivo de despertar a consciência social e política nos

participantes. Estes projetos irão além dos muros do centro da juventude, podendo ocorrer em nível de bairro ou município.

O trabalho em grupo com as famílias responsáveis pelos adolescentes inscritos no Centro da Juventude terá como objetivo o fortalecimento do vínculo entre os familiares e a equipe de trabalho, a instituição e os adolescentes. Os temas a serem trabalhados serão apontados pelos próprios participantes do grupo ou escolhidos de acordo com a percepção dos profissionais que conduzirão as atividades. Também serão oferecidas esporadicamente atividades conduzidas pelos educadores, como alongamento, dinâmica, dança, gincanas, entre outros.

A busca ativa também constitui-se como trabalho da equipe técnica, em que a equipe se locomove ao encontro aos adolescentes, seja na família, na escola e/ou nos diversos contextos nos quais seja possível encontrar adolescentes que se enquadrem no perfil da demanda do Centro da Juventude. Esta busca é contínua, tanto através de visitas domiciliares quanto de projetos que levem a equipe do Centro da Juventude ao encontro dos adolescentes.

DAS AÇÕES

| Ações | Descrição |
|--|---|
| Elaboração de documentação | Elaboração de documentação pertinente ao serviço; regimento interno; regulamento; cronograma de atividades e plano de trabalho em conjunto com equipe. |
| Formação de comissão municipal | Formar comitê gestor para avaliar, fiscalizar e auxiliar na organização e realização de trabalho pedagógico e administrativo do Centro da Juventude, a qual será formado por membros representantes das secretarias municipais. |
| Realização de oficinas artísticas, culturais e práticas esportivas | Desenvolver oficinas de: <ul style="list-style-type: none"> - Dança - Natação - Informática - Atividades poliesportivas (futsal, vôlei, basquete, handebol, badminton, entre outros) - Karatê - Teatro - Judô - Capoeira - Música (Instrumental e coral) |

| | |
|---|--|
| Realização de eventos em datas comemorativas | <ul style="list-style-type: none"> - Carnaval: Fazer uma tarde com danças e apetrechos de carnaval - Dia da Mulher: Dia da beleza - Dia do Trabalho: Feira das Profissões - Combate a Violência a exploração sexual de crianças e adolescentes - Dia das mães: Ações de fortalecimento de vínculos - Festa Junina: Quadrilha com comidas típicas e decoração - Dia dos pais: Atividades no Centro da Juventude para pais e filhos - Dia do Folclore: Semana do folclore com comidas e danças típicas - Dia do Homem: Dia da beleza <p>Semana da Pátria: participação das atividades municipais Dezembro: Comemoração das atividades realizadas com apresentações.</p> |
| Sessão de Cinema | Nas sextas-feiras serão promovidas sessões de cinema para a comunidade, incluindo os adolescentes e seus familiares. |
| Cursos profissionalizantes | Desenvolver parcerias com PRONATEC, SENAI, SESI, para promover cursos para os adolescentes maiores de 15 anos. |
| Oficinas de Cidadania | Promover atividades em grupo com os adolescentes e com os seus familiares com assuntos que a equipe julgar pertinente. |
| Campeonatos, gincanas e eventos de apresentação | Realização de campeonatos, gincanas e eventos de apresentação para integração e incentivo das atividades da oficina. |

- Inscrição de adolescentes e jovens;
- Busca ativa;
- Ações de divulgação do serviço;
- Atendimento técnico
- Confecção de carteirinha de identificação;
- Pesquisa com jovens da aptidão de cada um;
- Realização de trabalho multidisciplinar com equipe de referência, adolescentes, jovens e famílias através de grupos;
- Parcerias com outras secretárias municipais e instituições para realização de conscientizações e projetos.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA REALIZADA COM OS ADOLESCENTES FREQUENTADORAS DO CENTRO DA JUVENTUDE DO BAIRRO VILA NOVA PORÃ, IVAIPORÃ, PR.

01. Quais as oficinas/aulas que você participa aqui no CEJU?

Área Esportiva: Futebol, Futsal, Futevôlei, Vôlei, Basquete, Bets, Natação, Tênis de mesa, Slackline.

Oficinas Diversas: Dança, Artesanato, Informática, Capoeira, Karatê.

Oficinas Profissionalizantes: Jovem Aprendiz, Agente Cidadania.

02. Dentre as oficinas/aulas que você participa, qual a que você mais gosta? Por quê?

03. Dentre as oficinas da área esportiva, qual você mais gosta? Por quê? Porque você não participa delas?

04. Os materiais para utilização das oficinas/aulas estão em boas condições de uso? Em caso negativo, qual o problema deles?

05. Você acha que existem materiais suficientes para as oficinas? (especialmente da área esportiva) se não, por quê?

06. Os espaços para as oficinas/aulas são limpos, bem cuidados e não apresentam riscos para utilizá-los? Em caso negativo, pedir para que ele fale sobre o que não considera bom, ou o que apresenta riscos.

07. Você gostaria que o Centro da Juventude tivesse outras atividades/aulas? Quais? E na área esportiva, o que você gostaria que tivesse no Ceju além das atividades existentes?

08. Você está satisfeito com as atividades físico-esportivas que o CEJU oferece? Porque?

09. Você gosta dos professores que trabalham no Ceju? Tem professor de educação física? Você acha que deveria ter mais professores? Eles ensinam várias coisas para vocês ou vocês brincam mais sozinhos?

10. O que você aprende quando participa das atividades de esportes?

11. Por qual motivo você vem ao Centro da Juventude?

12. Quantos dias você frequenta o Ceju? O que você faz nos outros dias?